

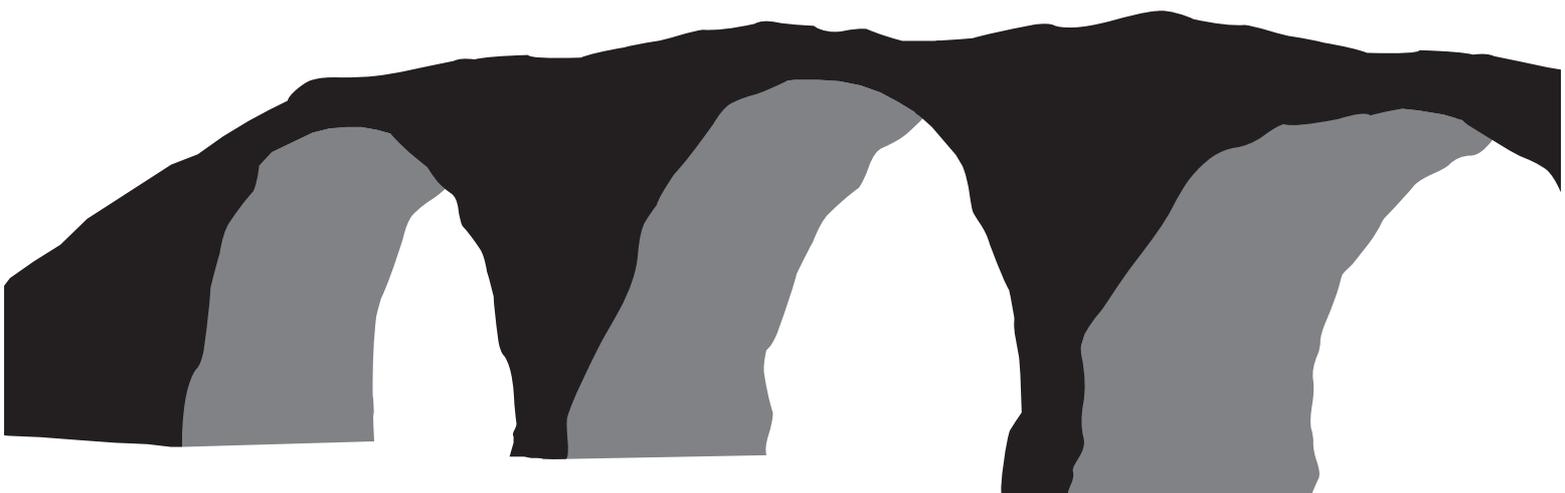
VESTÍGIOS – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica

Volume 6 | Número 2 | Julho – Dezembro 2012

ISSN 1981-5875

**MARIA, PÁRVOA EXPOSTA, DOMINGOS,
PADRE MACULADO.
ENSAIO DE ARQUEOLOGIA MICRO HISTÓRICA**

Loredana Ribeiro



Data de recebimento: 21/07/2012

Data de aceite: 05/08/2012

**MARIA, PÁRVOA EXPOSTA, DOMINGOS,
PADRE MACULADO.
ENSAIO DE ARQUEOLOGIA MICRO HISTÓRICA**

Loredana Ribeiro¹

RESUMO

A Fazenda do Morro (Minas Gerais) foi ocupada por quatro gerações da família Fraga entre 1750 e 1850. O estudo da tralha doméstica arqueológica do sítio indica a introdução e/ou aumento da diversidade de faianças finas de funções especializadas entre a segunda e a terceira décadas do século XIX. O que se busca aqui é entender e explicar essa mudança de comportamento de consumo a partir das relações que os moradores da época - o padre Domingos Pereira Fraga e sua filha, Maria Cândida - estabeleceram entre si e com o restante da sociedade local. Vários processos e estruturas sociais de maior escala nas Minas oitocentistas podem ser pensados através das trajetórias de Domingos e de Maria. Analisando os escritos e a evidência arqueológica guardada pelas ruínas, procura-se observar os significados específicos desses processos e estruturas em experiências individuais, constituídas em relações de gênero.

Palavras chave: gênero, família, escolhas de consumo

RESUMEN

La Fazenda do Morro (Minas Gerais, Brasil central) fue ocupada por cuatro generaciones de la familia de Fraga entre 1750 y 1850. El estudio de la parafernalia doméstica del sitio arqueológico indica la introducción y/o aumento de la diversidad de loza fina con funciones especializadas entre las segunda y tercera décadas del siglo XIX. Lo que se busca aquí es comprender y explicar este cambio en el comportamiento de consumo a partir de las relaciones que los residentes de la época, el padre Domingos Pereira Fraga y su hija, Maria Cândida, estable-

¹ Departamento de Antropologia e Arqueologia ICH/UFPel
Rua Alberto Rosa, 154. CEP: 96010 770, Pelotas/ RS - loribeiro@hotmail.com

cen entre ellos y con el resto de la sociedad local. A través de las trayectorias de Domingos y Maria se puede pensar varios procesos y estructuras sociales de mayor escala en Minas Gerais del siglo XIX. Con el análisis de los escritos y de la evidencia arqueológica protegida por las ruinas, se busca observar los significados específicos de estos procesos y estructuras en experiencias individuales, constituidas en relaciones de género.

Palabras clave: género, familia, elección de consumo

ABSTRACT

The Fazenda do Morro (Minas Gerais, central Brazil) was occupied by four generations of the Fraga family between 1750 and 1850. The study of domestic artifacts in the archaeological site shows the introduction and/or increased use of refined earthenware of specialized functions between the second and third decades of the 19th century. The intention here is to understand the change in consumer behavior from the relations that the residents, the priest Domingos Pereira Fraga and his daughter, Maria Cândida, had with each other and with the rest of local society. Through their paths we can think about many social structures of larger scale at work at their time. Analyzing the written records and archaeological evidence guarded by the ruins, it might be possible to observe the specific meanings of these processes and structures on individual experiences constituted in gender relations.

Keywords: gender, family, consumer choice

Domingos Pereira Fraga era português e, por volta de 1770, mudou-se para Mariana/ Minas Gerais, na época, um dos mais importantes núcleos de mineração aurífera da colônia. Domingos veio ao Brasil para fazer companhia a um tio, minerador muito rico e sem filhos, então proprietário da Fazenda do Morro. O jovem se ordenou padre poucos anos depois de chegar ao Brasil e, em 1803, com a morte do tio, herdou todo seu patrimônio, incluindo a fazenda. Seis anos depois, a pequena Maria foi abandonada a 70km de distância da Fazenda do Morro, na porta de uma das boas famílias da região. O padre Domingos morreu em 1831, um ano depois de ter registrado seu testamento sigiloso, onde legitimou a filha Maria Cândida e a nomeou herdeira da fazenda e demais bens que possuía². Esse estudo desfia as biografias de Domingos e Maria Cândida, seguindo a evidência arqueológica da Fazenda do Morro e os escritos (notariais, paroquiais, administrativos e literários) sobre este ramo da família Fraga.

A Fazenda do Morro foi construída na primeira metade do século XVIII pelo tio-avô de Domingos e tratou-se de uma rica e monumental propriedade, usada como referência na paisagem por viajantes e até por leis de demarcação de território.³ Domingos e Maria foram, sucessivamente, seus dois últimos proprietários conhecidos. Passados quase dois séculos, as ruínas da Fazenda do Morro já foram objeto de estudos arqueológicos em distintas ocasiões, motivados pela legislação ambiental e obrigatoriedade de estudos técnicos de sítios arqueológicos em áreas de impacto de empreendimentos econômicos (Ribeiro, 2010; Ribeiro et al., 2000). Somente por este motivo, a correspondência geográfica entre a localização do sítio arqueológico e as áreas de mineração atual, a história da pequena e alternativa família oitocentista veio à luz. Mary Beaudry (2008) já chamou a atenção para essa reconstituição de vidas esquecidas que nunca seriam de interesse se uma arqueóloga não estudasse um sítio em particular, não porque certas pessoas viveram lá, mas porque alguma atividade ou empreendimento pode ter impactos sobre depósitos arqueológicos. A arqueóloga se deparou com os comerciantes Nathaniel Tracy e Offin Boardman, pois foi contratada para escavar a fazenda onde eles viveram e se interessou por suas vidas, uma vez que se viu peneirando o lixo deles e se perguntando o que fazer com aquilo. A situação aqui não é diferente, o que se buscou, também, foi perseguir as histórias individuais que “vinham à luz com os fragmentos do passado que emergiam do solo” (Beaudry, 2008:175).

Na Fazenda do Morro, os ‘fragmentos do passado’ revelados pelas intervenções arqueológicas podem ser agrupados em cinco grandes categorias de vestígios: a

2 O levantamento e transcrição de documentos foram realizados por Deborah de Almeida Leanza, Maíra Chinelatto, Flávia Maria da Mata Reis e Loredana Ribeiro.

3 Ver, por exemplo, a Carta de Lei de 1850, que fixa as divisas de algumas freguesias e municípios, além do relato do viajante inglês Johann Emanuel Pohl (1976 [1817-1821]).

planta arquitetônica das ruínas da sede, a tralha doméstica, materiais construtivos, ferramentas e objetos ligados ao trato de animais e estruturas de mineração de ouro. Na evidência arqueológica do sítio se destaca a parafernália doméstica de preparação, armazenamento e consumo de alimentos e bebidas, convidando para estudos interessados em observar quem eram as pessoas que estavam manipulando esse instrumental doméstico relacionado às refeições e como elas o faziam. Entre vasilhas em pedra sabão, cerâmicas regionais não esmaltadas (torneadas e modeladas), cerâmicas vidradas, grés, faianças e porcelana, as faianças finas são especialmente úteis por seu potencial informativo. As funções e cronologias destas louças indicam a introdução e/ou aumento da diversidade de vasilhas de funções complexas e de aparelhos de chá/café entre a segunda e a terceira décadas do século XIX, período em que o padre era proprietário da fazenda. A esse intervalo também correspondem o nascimento de Maria Cândida (em 1809) e seu casamento (em 1822 ou logo depois). Nenhum outro nome feminino além de Maria Cândida pôde ser associado à fazenda. No caso dos Fraga, o plural masculino não é um suposto genérico gramatical. Os documentos cartoriais sobre esse ramo da família cobrem três gerações de homens que morrem solteiros, dois deles sem filhos, em quase cem anos de antroponímia masculina. As redes sociais que podem ser delineadas através de testemunhas, testamenteiros, procuradores, fiadores etc. presentes nos escritos cartoriais excluem as mulheres de modo importante. Nas poucas vezes em que aparecem, elas costumam não ter nomes próprios.

A primeira questão que se coloca diz respeito à possível associação entre a mudança no comportamento de consumo de louças na fazenda, observada na evidência arqueológica, e a moça que, na mesma época, surge semi-anônima nos escritos sobre os Fraga. As questões que daí se desdobram são relativas ao teor desta associação e a como entendê-la e explicá-la, considerando que as experiências de Domingos e Maria, o que de resto vale para todas as pessoas, foram parcialmente constituídas em relações de gênero. O termo gênero tem sido usado desde o final do século passado para designar as relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos. O emprego do termo sugere que qualquer informação sobre mulheres será também informação sobre homens e vice-versa, um implicando no estudo do outro (Scott, 1995). Isto porque gênero está presente em todos os aspectos da experiência humana, não a modo de determiná-los, mas a modo de constituí-los parcialmente (Flax, 1991). Para além de implicar sempre uma relação, gênero é também a forma primária de dar significado às relações de poder (Scott, 1995; Molina, 2000, Hernando, 2007). Em termos analíticos, é possível conceber a categoria gênero em macro escala, como um princípio organizador das relações sociais (Conkey e Gero, 1991), e

também em micro escala, onde gênero pode ser definido como componente de identidade individual, estruturando papéis e relações desde o nível do domicílio (Hill, 1998). Tanto em um caso quanto em outro, é possível se debruçar sobre a cultura material para discutir as relações de gênero entre as pessoas que interagiram com ela.

Em outras palavras, é possível analisar a cultura material buscando observar como, nas relações masculino/feminino cotidianas, a mulher se submete e os eventuais mecanismos de deslocamento e subversão dessa subalternidade (conforme Chartier, 1995). A cultura material não é mero resultado do comportamento humano, mas uma necessária e ativa facilitadora de certas estratégias de práticas sociais que operam dentro e transformam as condições materiais. É assim que a sociedade escreve sua identidade sobre o registro material através da ação de seus membros (Barret, 2001). Se consideramos então que as condições materiais são sempre um componente ativo dos processos sociais, e que gênero constitui parcialmente todos os aspectos da experiência humana, a interação com a cultura material será, ela também, *generificada*.

O que interessa a uma pesquisa de gênero é, principalmente, buscar o significado que as atividades de mulheres e homens adquirem através da interação social concreta. Para tanto, é preciso lidar com o sujeito individual e com a organização social, além de articular a natureza dessas interações, pois ambos são cruciais para a compreensão de como gênero opera e de como a mudança ocorre (Scott, 1995). Lidar com sujeito individual é lidar com a agência humana. No atual e amplamente variado cenário das teorias da agência, as definições do termo implicam em certas suposições sobre (entre outras) as habilidades criativas do indivíduo dentro das estruturas sociais e sobre as relações entre sentimentos e motivação individual e o sistema social e cultural de participação do indivíduo, sistema que possivelmente colide com seus estados internos (Dornan, 2002). De acordo com John Barret (2001), as teorias da agência desafiam as arqueologias que tratam as ações das pessoas como plenamente determinadas por condições externas. As evidências arqueológicas resultam da ação de pessoas, ação essa que é apenas em parte determinada por condições externas, sendo, sobretudo, relativa às experiências de vida e interações dos agentes com a organização social onde se inserem.

As teorias da agência em geral deslocam o lugar da mudança social dos macro processos do sistema para a ação dos indivíduos (Dornan, 2002). Para Ian Hodder (2000), por exemplo, o foco nas “vidas vividas” dos indivíduos, à luz de dimensões de experiência historicamente significantes, permite acessar e avaliar a ação agentiva no passado humano. O autor argumenta que a análise em profundidade

das lutas cotidianas e do estilo de vida do indivíduo permite delinear os aspectos exclusivos e não exclusivos de sua vida. Uma vez que os micro processos individuais estejam fortemente ligados ao contexto social em larga escala no qual o indivíduo vive e do qual faz parte, é possível vislumbrar como o funcionamento de estruturas sociais se manifesta no nível individual. Também nesse sentido, Mary Beaudry (2008) busca colocar suas ‘observações microscópicas’ das vidas de dois sujeitos particulares, os comerciantes mencionados no início deste texto, numa narrativa mais ampla, buscando por significados tanto dentro do micro cosmos quanto nos processos sócio-históricos maiores da época.

A micro história é um bom recurso metodológico para viabilizar as ‘observações microscópicas’ da vida cotidiana na Fazenda do Morro (não fosse a dificuldade, num contexto de estudo técnico para licenciamento ambiental, de subsidiar as micro análises com pesquisas mais exaustivas). A micro história se dá no aparente paradoxo entre a redução de escala do recorte e a maior profundidade da análise, operando com recortes minúsculos, porém contextualização múltipla, e se manifestando por evidências periféricas e exaustiva pesquisa empírica. Esta metodologia é especialmente adequada ao estudo de temas ligados ao cotidiano de comunidades específicas, definidas geográfica ou sociologicamente às situações-limite e às biografias. Isso porque, com atenção à teia social concreta onde os atores se movem, exercendo múltiplos papéis sociais e individuais, os dilemas e as incertezas dos personagens centrais são tão importantes quanto os acontecimentos (Vainfas, 2002). Trata-se de se preocupar tanto com o imediatismo da experiência quanto com os significados a ela atribuídos por pessoas reais nos contextos de suas vidas cotidianas para compreender como as pessoas construíram suas experiências no passado (Beaudry, 2008).

Vários processos e estruturas sociais de maior escala nas Minas oitocentistas podem ser pensados através das experiências de vida do padre Domingos e de Maria Cândida, tais como: a fluidez social característica da sociedade colonial; a abertura da sociedade para acomodar a ilegitimidade em sua hierarquia social; a teatralização da vida social, pela simulação e dissimulação de práticas e costumes; a concentração regional de investimentos na agricultura; a receptividade do mercado brasileiro às louças européias, intensificada e focada nas mercadorias inglesas após a mudança da corte portuguesa para o Brasil e a lenta penetração do ideal burguês de domesticidade. Analisando os escritos e a evidência arqueológica guardada pelas altas paredes da Fazenda do Morro, podem-se observar os significados específicos desses processos e estruturas em trajetórias particulares e individuais.

AS RUÍNAS E AS INTERVENÇÕES ARQUEOLÓGICAS

As ruínas da sede da Fazenda do Morro ocupam cerca de 14.000m² com suas edificações, pátios e moinho. Para além desse perímetro há um extenso canal de abastecimento hídrico, que se desenvolve por cerca de 2km, trazendo água para a fazenda desde um córrego em ponto mais alto na encosta, além de mangueira para porcos e uma pequena habitação mais afastada (100m da sede). As intervenções arqueológicas realizadas no sítio foram mínimas, resumindo-se a raspagens para evidenciar alicerces e outras estruturas arquitetônicas, coleta de material em superfície, tradagens para localização de calçamentos, pisos de pedra ou concentrações de materiais arqueológicos e escavação de pequenas áreas (cerca de 40m²) para identificação de alicerces de vedação ou coleta de materiais que auxiliassem no entendimento do uso do espaço.

A figura 1 representa, de modo simplificado, as estruturas da sede da fazenda, com a moradia principal no centro de um patamar aplainado de encosta e suas áreas de serviço, circulação e construções menores dispostas em torno dela. Nas áreas internas da casa, grande quantidade de telha, restos de madeirame de sustentação do telhado, das portas e janelas, presença de ferragens construtivas e sinais de incêndios mostram arruinamento da edificação por abandono e não por desmonte. Quando a fazenda foi definitivamente fechada por seu último morador, foi deixado para trás um sem número de peças em cantaria de quartzo e pedra sabão (esteatita) que ornavam as paredes e os pátios da suntuosa sede. Tempos depois, essas obras de arte seriam cobiçadas por comerciantes de peças arquitetônicas decorativas e a fazenda seria saqueada por comerciantes de antiguidades.⁴ A compreensão da compartimentação interna da casa foi extremamente comprometida por escavações clandestinas de até 2m de profundidade que desbarataram completamente algumas estruturas, removendo trechos de piso em lajeado e espalhando o refugo de suas escavações pelo entorno dos buracos. Pela localização das escavações clandestinas, dos negativos de peças decorativas nas paredes de pedra e das peças quebradas e abandonadas durante a tentativas de remoção, pode-se estimar que no mínimo 4 chafarizes ou tanques foram retirados, além de colunas, degraus de escada, grades de janelas e outras peças em cantaria.

4 Moradores mais antigos da região relatam as excursões, três ou quatro décadas atrás, de um comerciante local que removeu várias peças decorativas para serem vendidas na região.

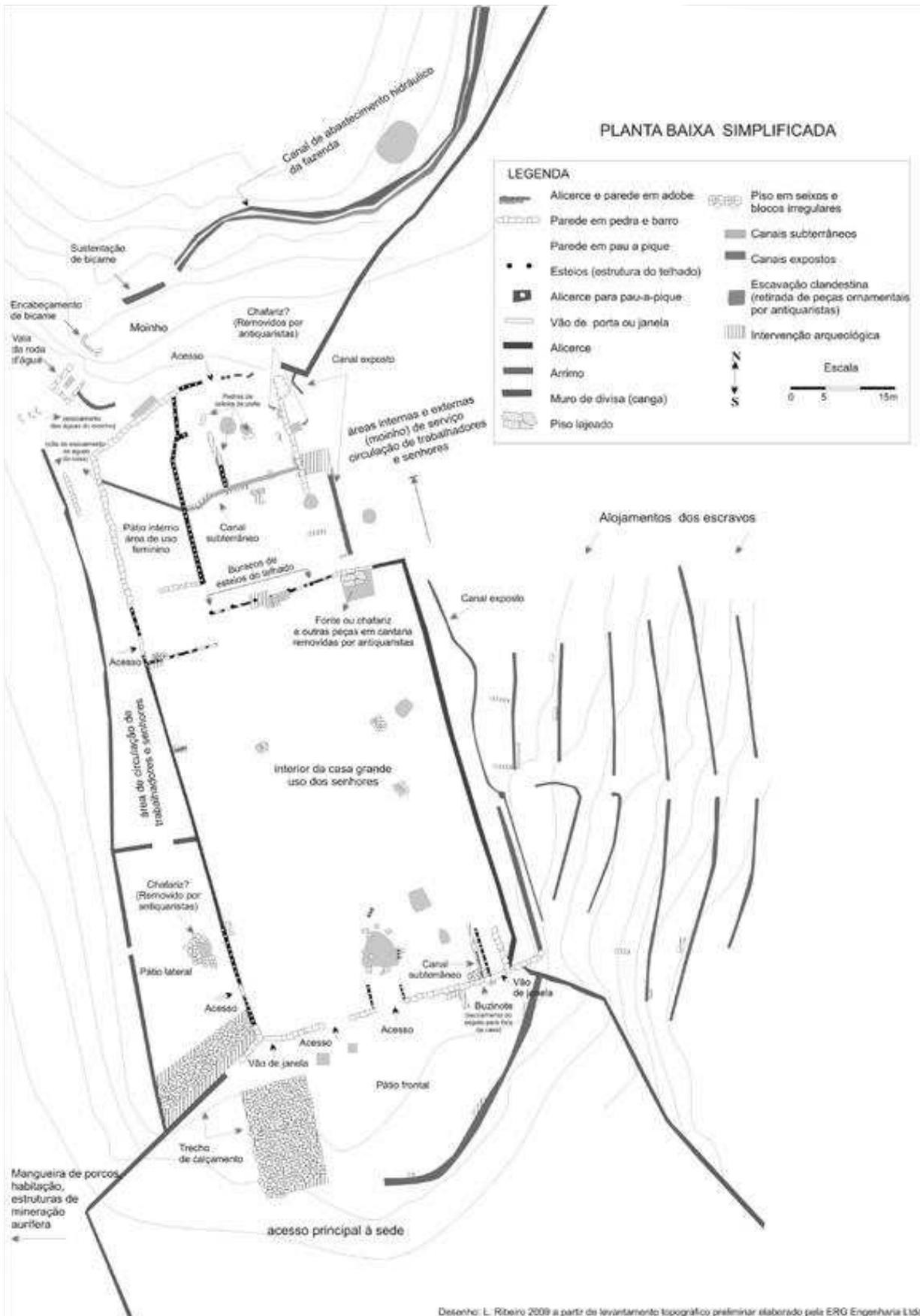


Figura 1 - Fazenda do Morr, Casa de Vivenda, Moinho e Senzalas

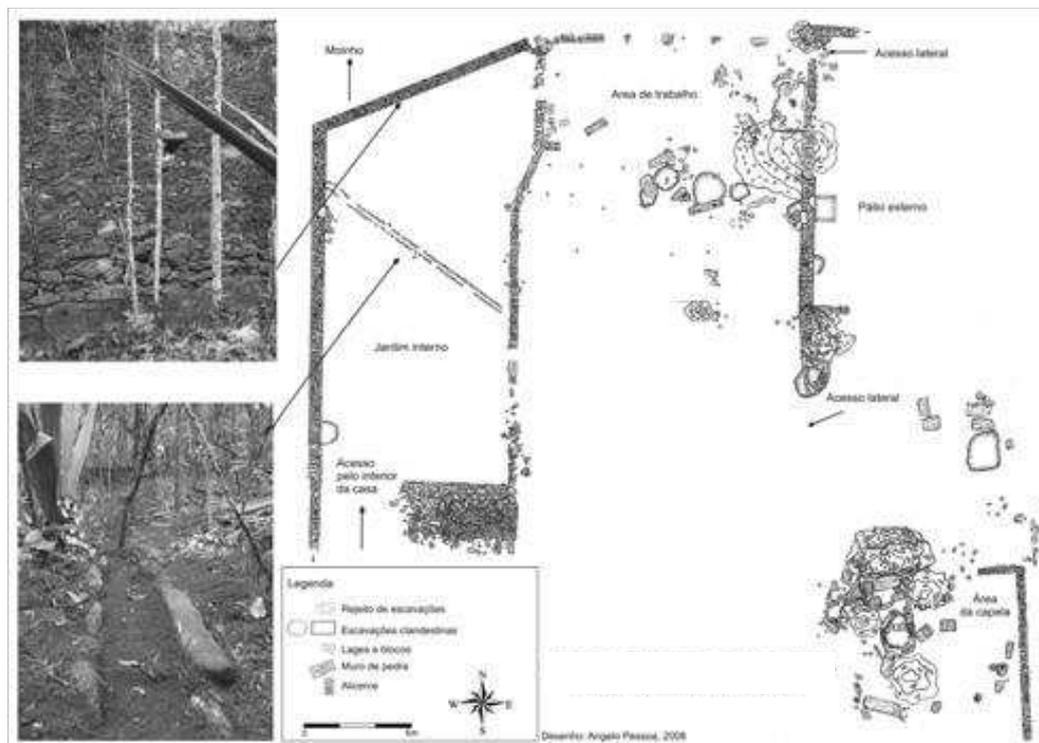
O acesso à casa se dava pela porção sul da planta, onde ainda se encontra um trecho de estrada calçada em pedras que conduzia a um pátio frontal calçado. Essa é a única entrada da fazenda, já que nos fundos do terreno as construções se comunicam diretamente com a vertente do morro e são limitadas por muros fechados. Portanto, o pátio frontal certamente era utilizado pelos proprietários, por visitantes e por serviçais. Um pátio lateral a oeste, também calçado, levava aos fundos da casa, configurando-se como um acesso secundário a toda a planta da sede. No pátio frontal, boa quantidade de material arqueológico foi recuperada nas trincheiras abertas entre o calçamento e o muro de pedras. Havia grande diversidade de louças (principalmente faianças finas e cerâmicas não esmaltadas, mas também cerâmicas vidradas e faianças) e vidros (culinários e de servir), além da maior ocorrência de vasilhas em pedra sabão (esteatita) do sítio. Aparentemente, o pátio frontal foi usado como área de descarte de lixo, uso já observado em outras moradias nobres dos oitocentos (Agostini e Najjar, 2007).

A casa sede da Fazenda do Morro apresenta planta geral que tende ao retangular, com áreas de serviços diversos nos fundos, na parte norte, incluindo um moinho e o canal de abastecimento de água. As dimensões da casa são muito grandes, 90m de comprimento por 40m de largura, com cinco grandes paredes em pedra e barro, de cerca de 4m de altura cada, uma delas instalada na fachada frontal, três na posterior e uma interna, nos fundos da planta. A sede provavelmente possuía dois edifícios contíguos: o corpo principal da casa, talvez um sobrado, e uma edificação menor nos fundos. A conexão entre os dois edifícios se dava através de um único cômodo fechado na parte noroeste da planta, com vãos de acesso às duas laterais externas da sede, ao corpo principal e ao edifício menor dos fundos. Alicerces baixos em pedra e barro sustentavam as paredes laterais dos edifícios, provavelmente em adobe, mas com alguns trechos de alicerces para parede em pau a pique. No interior da construção predominam os alicerces para paredes de vedação em pau a pique. Uma capela ricamente decorada com peças em cantaria de quartzito e pedra sabão provavelmente existiu na região central da casa, em local bastante revirado por escavações clandestinas, o que resultou em grande número de peças quebradas, como alcatruz, bancos, degraus, base de coluna e adornos. O interior da casa grande, quase todo calçado em pedra, apresentou poucos materiais arqueológicos que não fossem os construtivos.

O segundo edifício da sede, menor e nos fundos, comportava, em sua porção direita, uma área de serviços diversos: cozinha, despensas e alpendre. São ao menos quatro cômodos, um deles com entrada de água desviada do canal de abastecimento (no local, negativo na parede e escavação clandestina no piso sugerem a remoção de um tanque), outro com escoamento subterrâneo de sobras de

água. Nesse setor foi recuperada maior quantidade e diversidade de peças, desde objetos que somente apareceram ali, como ferragens ligadas ao trato de animais e anzóis, a cerâmicas não esmaltadas, que são ausentes no interior do edifício principal, enquanto as faianças finas são ao menos duas vezes mais freqüentes na área de serviço que nas demais áreas internas da sede da fazenda.

Na porção esquerda do mesmo edifício há um espaço fechado por três paredes em pedra e barro (duas externas e uma interna). O local, com 10m de largura por 27m de comprimento, era atravessado diagonalmente por um caprichoso canal de águas revestido em pedra (figura 2). Ao contrário do edifício principal da casa e da área de serviços e cozinha, poucos fragmentos de telhas foram encontrados aqui, sugerindo que o espaço não possuía cobertura; de modo geral, esse lugar quase não apresentou material arqueológico. Apesar de instalado ao lado da área de serviço, o espaço não se comunica com ela, mas sim com o interior do edifício principal, evocando um uso nobre do local. Tratava-se, provavelmente, de um jardim interno da casa, onde a água corrente podia ser usada para irrigação e controle de pragas. O naturalista francês August de Saint-Hilaire descreve um jardim externo de uma moradia da mesma região no começo dos oitocentos, localizado nos fundos da casa, e menciona que o regato que o cortava “não somente é de grande utilidade para a rega, mas cujas águas, desviadas por muitos pequenos regos, servem para garantir da depredação das grandes formigas uma parte dos canteiros em que se plantam as flores e legumes” (Saint-Hilaire, 2000:98).



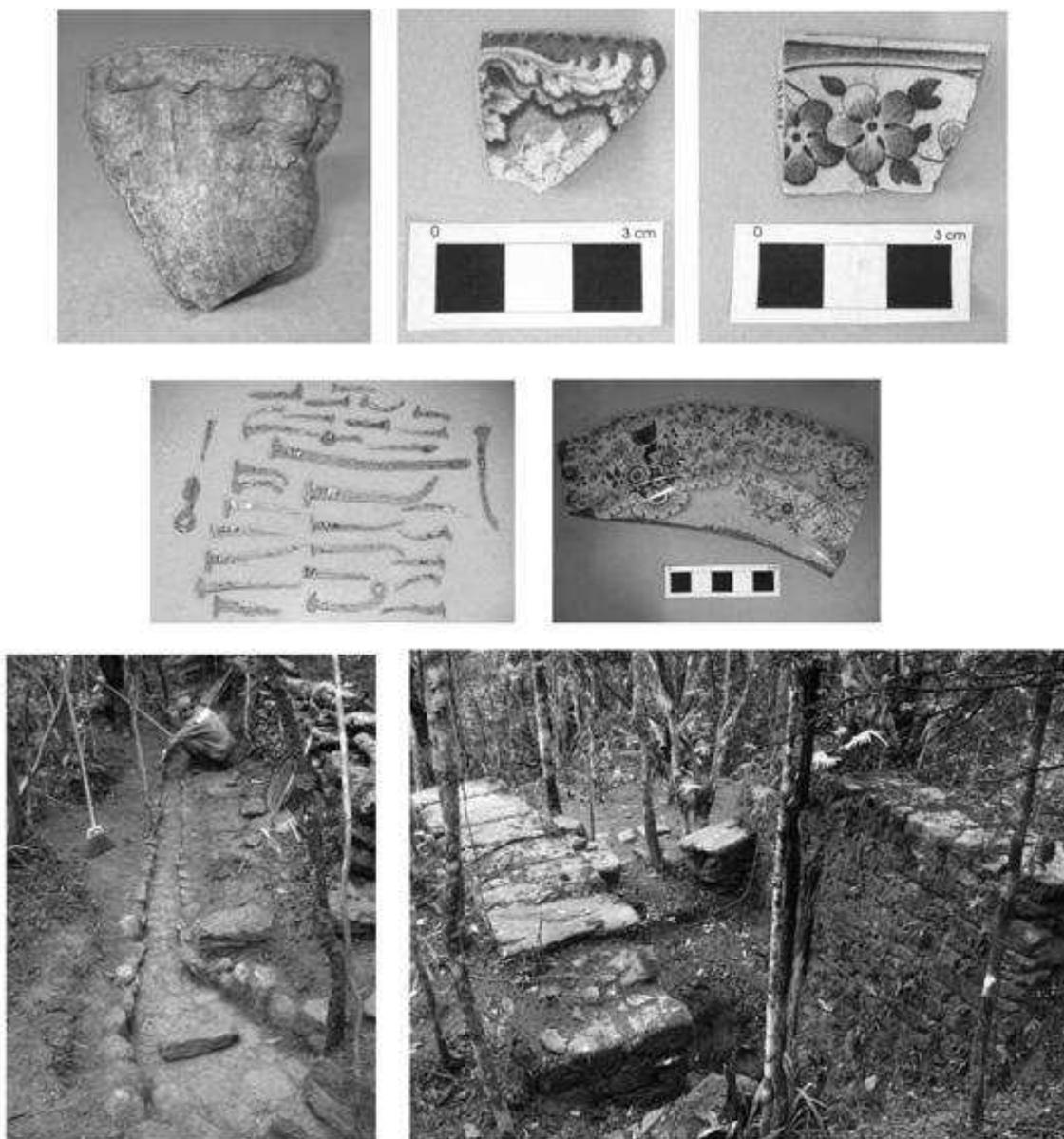
O regato do jardim interno se articula com um sofisticado sistema de abastecimento e escoamento das sobras de águas de uso doméstico (em parte subterrâneo e em parte exposto), com vários pontos de distribuição de águas. Este sistema hidráulico abastecia o interior da casa (ao menos a área de serviço, jardim e capela), além do setor dos patamares arrimados a leste, e escoava as sobras de águas pelo interior da casa desde as áreas de serviço até a fachada frontal, onde desaguava por um caprichoso buzinode em cantaria no pátio de entrada. Fragmentos de dezenas de vasilhames em faianças finas foram encontrados na evidência de cerca de 40m de canais a céu aberto. Considerando a suave inclinação topográfica do terreno para sul e leste, a área de serviço nos fundos da casa seria um dos pontos mais altos de recepção de materiais pelo sistema de escoamento. Uma vez no sistema hidráulico, os fragmentos de louças e vidros podiam correr subterraneamente ou superficialmente por toda a fazenda até as áreas externas e mais inclinadas do terreno, a sul.

A leste, e adjacente à casa sede, uma vasta área (cerca de 4.000m²) que verte suavemente morro abaixo apresenta onze patamares arrimados em pedra seca, distribuídos em seis níveis escalonados. Os patamares têm 10m de largura média cada um e suas extensões variam entre 30 e 100m. Telhas são pouco freqüentes na evidência arqueológica do setor, resultando, possivelmente, de trânsito horizontal de vestígios pelo sítio, mas há blocos pequenos de barro para preenchimento de estrutura de pau-a-pique. Cada patamar pode ter recebido entre uma e três construções, provavelmente em pau-a-pique, e o uso do local como habitação é atestado pela grande quantidade de objetos domésticos (em faiança fina, cerâmica simples, pedra sabão, cerâmica vidrada e faiança), além de metais construtivos. Um dos canais do sistema hidráulico da sede corria na porção superior dos patamares, formando uma 'bica', onde a água jorrava de um desnível de cerca de 60cm de altura sobre um pequeno tanque revestido em pedra – um local para captação de água e para lavagem de roupas e utensílios.

Esse setor da fazenda corresponde, muito provavelmente, aos alojamentos dos escravos. De fato, em nenhuma outra área na volta das edificações foram identificadas estruturas de habitação. Imediatamente a norte das ruínas está a encosta inclinada do morro, enquanto a oeste o terreno cai mais abruptamente em direção ao córrego. A leste, a sul e a sudoeste, para além da área das mangueiras para porcos e uma pequenina habitação isolada, todo o terreno abriga dezenas de estruturas de mineração aurífera, cujo porte aumenta em direção ao córrego, sem que estruturas de habitação fossem detectadas nas prospecções e mapeamento das estruturas de mineração. A localização dos patamares arrimados mostra que tanto o acesso a eles quanto a comunicação de seus moradores com os demais

setores da fazenda eram restritos, sugerindo que o projeto arquitetônico da sede incluía preocupações com o controle da circulação e repouso dos corpos de seus habitantes. A fazenda possuía uma entrada única; apesar da área dos patamares arrimados se localizar bem próxima dessa entrada, um robusto muro de canga impedia o acesso direto, fazendo com que seus moradores precisassem circular toda a sede, contornar o luxo e a ostentação da edificação principal, passar pelo moinho e pela área de serviço nos fundos antes de alcançar seus alojamentos. Os materiais mais comuns dentre os exumados ou coletados na área são faianças finas, que ocorrem em todas as áreas do sítio, e cerâmicas simples, que ou só ocorrem na área de serviço e nas áreas externas da casa grande (peças de utilidade doméstica) ou somente na área de serviço e nos alojamentos (cachimbos). Os vidros, por outro lado, são ainda menos representados na amostra dos patamares que em qualquer outra área do sítio (figura 3).

O gráfico 1 mostra a distribuição dos 455 itens da tralha doméstica pelos setores da sede da fazenda. O desequilíbrio na distribuição da amostra pelo sítio não resulta da desproporção entre as áreas escavadas, já que, de modo geral, os setores que apresentaram maiores quantidades de refugo, leste e sul, foram ainda menos escavados (respectivamente, 8 e 10m² descontínuos) que os demais (13m² nas áreas de serviço nos fundos da casa e 12m² no corpo principal da edificação). A amostra arqueológica aqui discutida foi exumada ou coletada em locais de descarte primário e secundário, praticamente na mesma proporção. Parte das peças (53%) foi recuperada no interior ou adjacente às habitações, portanto, em seus prováveis locais de uso (patamares arrimados, área de serviço e cozinhas da casa). A porção restante da amostra (47%) foi exumada ou coletada em superfície, em locais de descarte secundário (pátios frontal e lateral da casa e no sistema de canalização de águas). Parte significativa do refugo doméstico da sede parece ter sido descartada no pátio frontal, mas é bastante possível que a maior parte do lixo doméstico tenha sido dispensada por cima do muro de fundos da casa, próximo ao moinho, e que os materiais da principal lixeira da fazenda estejam hoje dispersos pela encosta inclinada que desce até o córrego.



Legenda das fotos em sentido horário:

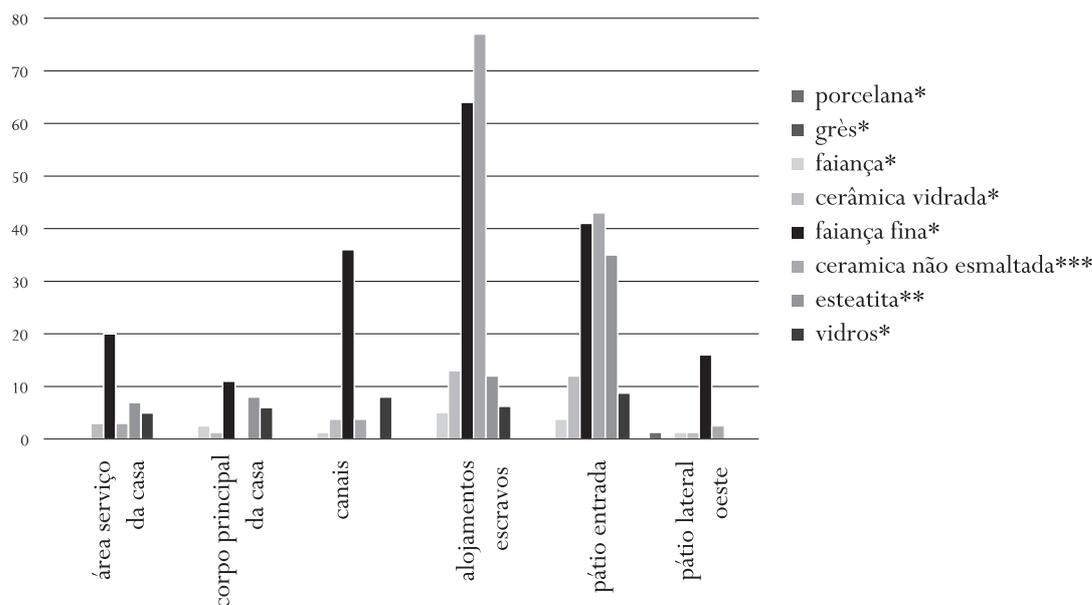
Fragmento de cachimbo em cerâmica (Ribeiro 2010);

fragmento de peça (forma não identificada) com esmalte pearlware com impressão de cena e fitomorfos em azul por transfer-printing, fragmento de malga com esmalte do tipo pearlware decorada em preto por transfer-printing, com cartucho floral na face interna e cena não identificada na face externa,

fragmento de prato com esmalte do tipo pearlware, borda moldada em estilo Royal Rim e decoração em verde por impressão de motivos florais em repetição contínua (Reis e Tobias Jr. 2010);

vista da vala da roda hidráulica do moinho, vista do canal de abastecimento e 'bica' em primeiro plano, ferragens (Ribeiro 2010).

Figura 3 - Artefatos e estruturas arqueológicas



* Número mínimo de vasilhames (porcelana, faiança, grès, faiança fina, cerâmica vidrada e vidros);

** 17 vasilhames e 45 fragmentos (esteatita);

*** Número de fragmentos (cerâmicas simples sem esmalte, torneada ou modelada)

Gráfico 1 - distribuição dos itens de tralha doméstica no sítio arqueológico

OS DONOS DA CASA

Quando esteve no Brasil, entre 1817 e 1821, Johann Emanuel Pohl assim se referiu à Fazenda do Morro e seu proprietário: “[vimos], a grande e bela fazenda pertencente ao padre Domingos Pereira Fraga, situada numa elevação. Esse fazendeiro é tido como uma das maiores fortunas do país” (Pohl, 1976:383). O poderio da família Fraga no Brasil começara a se constituir bem antes da viagem de Pohl: uma variada sorte de documentos cartoriais dá conta da presença de membros dessa família dentre as principais pessoas da região desde 1711, quando foi criada a Villa Rica de Albuquerque, atual município de Ouro Peto.⁵ Ao menos desde 1723, membros da família Fraga são nomeados em cartas de sesmarias, datas minerais, petições, procurações, inventários, codicilos, testamentos e outros documentos relativos ao município de Mariana, em cujos atuais limites com Ouro Preto se localiza o sítio arqueológico.

Três registros, datados de 1754, 1802 e 1831, balizam os períodos de ocupação da Fazenda do Morro por seus proprietários: primeiro João Gonçalves Fraga, até 1754; depois Estevão Gonçalves Fraga, entre 1754 e 1802; seguido por seu herdeiro, Domingos Pereira Fraga, desse ano até 1831 e, finalmente, Maria Cândida, de 1831 a um momento não identificado a partir dos escritos.⁶

5 Cf. *Creação de Villas no Período Colonial*, 1897.

6 Cf. *Processo de testamentária de João Gonçalves Fraga*, 1759 (inclui cópia de testamento, cópia de codicilo

A trajetória de João Gonçalves Fraga, o construtor da Fazenda do Morro, ilustra bem as estratégias das elites setecentistas para se manterem enquanto tal. A aquisição de três sesmarias na região aurífera da Capitania (Sabará e Mariana) mostra a preocupação do minerador com sua maior segurança financeira através da diversificação dos negócios. Já em 1742, além de lavras de ouro, João possuía roças em Mariana, fazenda de gado em Sabará, negócios em Pernambuco, Rio de Janeiro e Bahia, e vários milhares de cruzados investidos no comércio da seda chinesa. João também obteve a patente militar de coronel e o título de Cavaleiro da Ordem de Cristo.

Antes de morrer, o coronel João vendeu todos os seus bens, lavras, bens móveis e de raiz, a seu sobrinho Estevão Gonçalves Fraga, trazido de Portugal “para sua companhia por este não ter parentes ao pé de si” (citado por Almeida, 2005b). Dois anos após a morte do coronel João, em 1756, Estevão aparece na lista dos 1061 homens mais ricos da capitania de Minas⁷, para logo depois assumir a patente de Sargento Mor das Ordenanças de Mariana, em seguida de Tenente Coronel. Em 1765, Estevão se habilitava cavaleiro professo da Ordem de Cristo, reunindo, como o tio, os títulos e patentes que asseguravam seu prestígio social. Unanimemente, as testemunhas que participaram de seu processo de habilitação declararam que Estevão “vivia à lei da nobreza, com seus cavalos, capelão e criados”, destacando-se como uma das principais pessoas da época, pelo “magnífico trato com que nelas sempre se tratou e vive”.⁸

Do mesmo modo que o tio, Estevão não se casou no Brasil e trouxe de Portugal seu sobrinho Domingos, depois declarando em testamento seu herdeiro “o Padre Domingos Pereira do Fraga que vive em minha companhia e serviço em muitos anos”.⁹ Domingos Pereira Fraga morou com o tio desde 1777, quando finalizou seus estudos no Seminário de Mariana, até a morte de Estevão, em 1803, permanecendo o padre na fazenda até seu próprio falecimento em 1831.

O coronel Estevão e o padre Domingos foram ambos trazidos muito jovens de Portugal por um tio já estabelecido no Brasil, leia-se rico, solteiro e sem

e relação de dívidas); *Testamento de Estevão Gonçalves Fraga*, (1802); *Testamento de Domingos Pereira Fraga* (1830). Após um lapso de cerca de oito décadas, o nome Morro do Fraga volta a surgir em Auto de Penhora da Mineração Morro do Fraga, que adquiriu a fazenda e terras vizinhas do Ouro Fino e Fundão a partir de 1913. Cf. *Certidão de Auto de Penhora, Mineração Morro do Fraga*, 1926.

7 Cf. *Carta de Domingos Pinheiro*, provedor da Fazenda de Minas, listando os homens ricos das Minas Gerais (homens de negócios, mineiros e roceiros). Tal lista foi encomendada pelo Conselho de Marinha e Ultramar, após o terremoto que atingiu Lisboa, e tinha por objetivo mapear os recursos econômicos disponíveis em além-mar para reestruturar a capital do Reino.

8 *Declarações do Processo de Habilitação de Estevão Gonçalves Fraga à Ordem de Cristo*, citado por Almeida 2005a.

9 *Testamento de Estevão Gonçalves Fraga* (1802).

descendentes reconhecidos. A elite mineradora no Brasil colonial era em grande parte composta por reinóis que aqui enriqueceram rapidamente e obtiveram um status social que dificilmente teriam no Reino. Nas Minas Gerais setecentistas as mulheres brancas e ricas eram escassas, aos ‘homens bons’ (brancos, católicos e ricos) que não conseguiam casamentos adequados no Brasil restava a alternativa de trazer parentes de Portugal para herdar as novas fortunas que se formavam do lado de cá do Atlântico (Almeida et al., 2005).

Tanto quanto a aquisição de títulos e patentes e o celibato de seus tios, a profissão sacerdotal de Domingos está relacionada à manutenção do status adquirido pela família Fraga no Brasil. Esta escolha exemplifica o atendimento ao ideal português de pureza do sangue. Antes calcado na aversão aos judeus e cristãos novos, com a expansão marítima o ideal de sangue puro estendeu a interdição aos indianos e africanos (Boxer, 2007). Tal ideal aparece consubstanciado na legislação de composição do clero brasileiro; as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, de 1707, impediam que judeus, negros ou mulatos tomassem as ordens sacras (Vide, 2007). Claro que isso não impediu o surgimento de um clero secular mestiço, talvez por imposição da própria fluidez social que caracterizava a sociedade colonial, mas até Gilberto Freire, defensor da suposta democracia racial, admitia uma aristocracia branca no sacerdócio brasileiro ao menos até o século XVIII (Freire, 2006). “Ter padre na família era por assim dizer provar limpeza de sangue” (Hoornaert et al., 1992:290), o que sugere que com a entrega de Domingos ao sacerdócio, a família Fraga se esforçava em se manter portuguesa, rica e cristã em solo brasileiro. Em solo onde a mestiçagem e as possibilidades de rápida ascensão social, da qual os próprios João e Estevão podem ter se beneficiado, constituíam cenário adverso a esse propósito. Depois de duas gerações de homens ricos que morriam solteiros, primeiro o coronel João e depois o coronel Estevão, o sacerdócio de Domingos talvez já solucionasse a possível falta de mulheres brancas e ricas disponíveis para matrimônio.

No mínimo entre 1754 e 1831, a fazenda do Morro foi chefiada por um Fraga solteiro, até que o último deles, o padre Fraga, nomeasse sua filha como herdeira. O testamento de Domingos faz menção a uma autorização para a nomeação de Maria Cândida como herdeira, obtida através da Mesa do Desembargo do Paço. Nesse tribunal, localizado no Rio de Janeiro, resolviam-se questões relativas ao direito sucessório e da vida familiar. Seus principais processos tinham por demanda a tutoria, emancipação e legitimação de filhos naturais (concebidos sem o sacramento do casamento, mas onde os pais poderiam se casar) e filhos espúrios (concebidos por pais proibidos de se casarem, caso de parentes, adúlteros e religiosos). Boa parte dos autores dos processos de legitimação, também chamados

de perfilhação solene, tinha por preocupação a transmissão do patrimônio. Tais processos eram lentos e caros, iniciados principalmente por famílias de posse, e envolviam declarações e atestados de familiares e vizinhos a favor da legitimação (Silveira, 2006; Silva, 1988). O testamento do padre legitima Maria, mas dá pouca ou nenhuma informação sobre as condições de seu nascimento, resumindo o acontecido em 14 palavras:

“(...) ordenado neste Bispado, como compatriota do mesmo; *por miséria depois de Maria Ignácia, mulher solteira uma filha de nome Maria Cândida*, hoje casada com José de Sousa Cunha, que para a instituir herdeira...”¹⁰

Para a última ocupante da fazenda quase não há documentos: os arquivos históricos de Mariana e Ouro Preto permaneceram reticentes quanto à descendente do padre Fraga. O registro de batismo e o processo matrimonial de Maria Cândida foram localizados, mas não encontramos nem os testamentos nem os inventários dela ou de seu marido. Nos registros notariais e paroquiais, Maria Cândida desaparece de modo tão discreto quanto surge. É a tralha doméstica arqueológica da Fazenda do Morro que complementa várias lacunas de sua biografia, inclusive indo além da década de 1830.

A TRALHA DOMÉSTICA ARQUEOLÓGICA

A arqueologia histórica tem, ao menos desde os anos de 1970, explorado o potencial informativo das louças, categoria de artefatos que começou a ser produzida na Europa ainda no medievo, com a introdução pelos árabes da manufatura de cerâmicas vidradas e faianças. Principalmente a partir de meados do século XVIII, a produção europeia de louças, agora em faiança fina e porcelana, foi se caracterizando por artefatos cada vez mais padronizados. Diferentes fontes, de registros de patentes a anúncios de jornal com descrições e preços de fabricantes e listas de artigos domésticos em inventários de consumidores, tornam conhecidos os intervalos cronológicos de produção de vários tipos de louças, seus valores de mercado e as modas de consumo. Os períodos de produção podem ser identificados através de atributos tecnológicos das peças, como as técnicas de fabricação e decoração, os tipos de esmalte e os estilos decorativos, e quanto mais atributos forem combinados, mais precisa será a cronologia atribuída ao vasilhame estudado (Symanski, 2001). Identificados os intervalos de produção das louças que apare-

10 Cf. *Testamento do Padre Domingos Pereira Fraga* (1830).

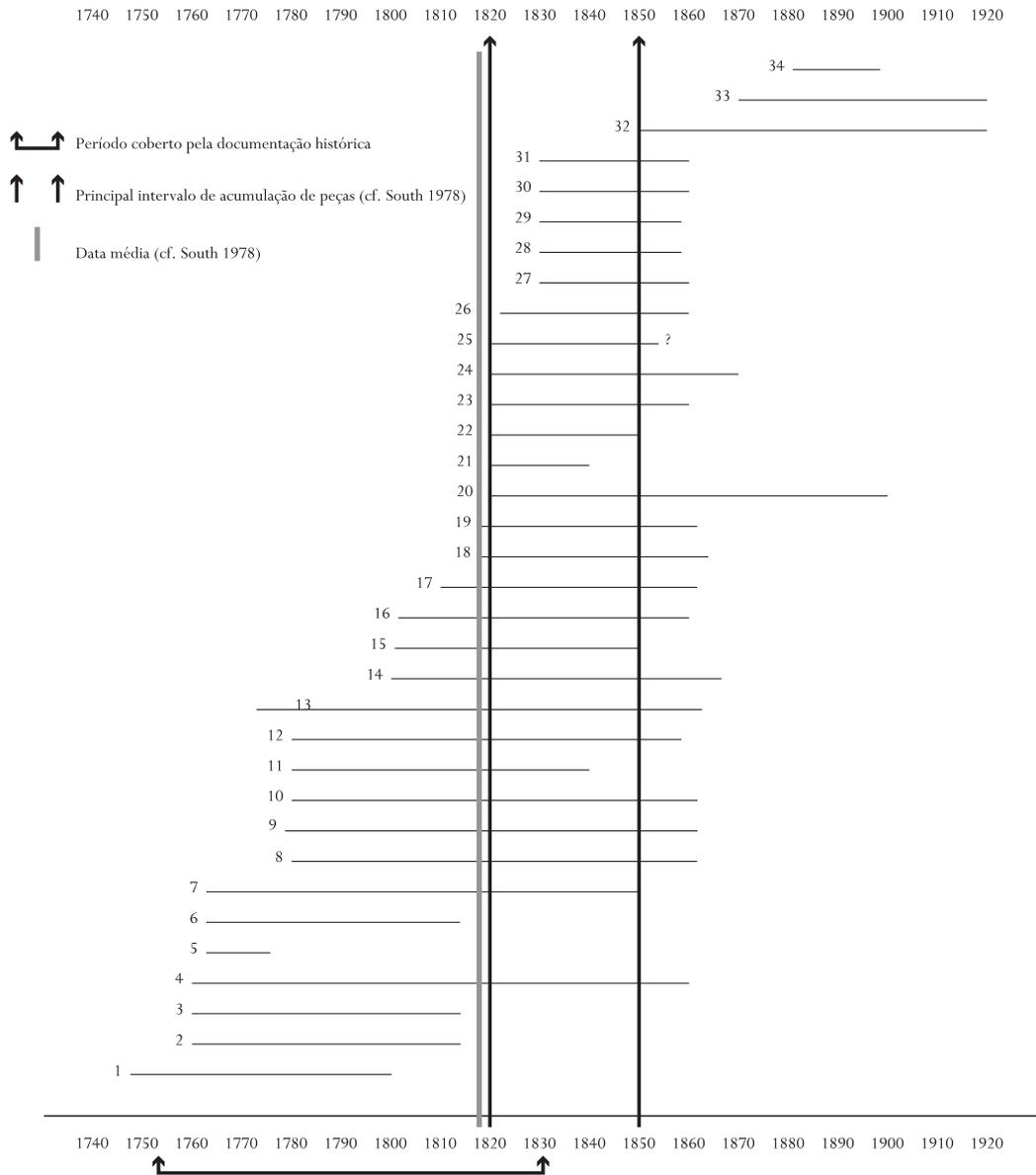
cem num dado sítio arqueológico, é possível tanto estabelecer uma cronologia relativa para a aquisição desses vasilhames quanto identificar datas referentes a momentos de maior intensidade de aquisição de peças. As datas obtidas através das louças serão sempre aproximadas: elas indicam anos ou intervalos de referência para o consumo dos artefatos e sua aplicabilidade a qualquer estudo precisa ser cotejada com outras linhas de evidência cronológica para ter maior validade.

O procedimento de correlação entre o artefato arqueológico e os atributos tecnológicos dos artefatos descritos nos textos históricos não apenas oferece informações cronológicas sobre os vasilhames em estudo, como sobre uma série de outros aspectos do comportamento humano. Várias ferramentas foram desenvolvidas nas décadas de 1970 e 1980 para lidar com esse potencial informativo das louças, inclusive sendo adaptadas para outros itens da tralha doméstica, e aqui sigo Symanski (Symanski 2001; 2002) e outras autoras e autores (por exemplo, Tocchetto, 2010; Lima et al., 1998, Agostini e Najjar, 2007) que articulam algumas das seguintes técnicas de análise da parafernália doméstica: o gráfico de barras para datação de louças (South, 1978), a distribuição de itens da parafernália de copa e cozinha entre os grupos domésticos, identificados pelos escritos e outras fontes históricas (Spencer-Wood, 1987) e a escala de valores de louças no século dezanove de Miller (1980, 1991).

Na coleção de tralha doméstica da Fazenda do Morro, puderam ser identificados intervalos cronológicos para a produção de 161 das 455 peças¹¹ que compõem a coleção exumada de objetos de uso doméstico, cuja distribuição pela área das ruínas aparece no gráfico 1. As peças utilizadas para obtenção de cronologia para a ocupação do sítio são, sobretudo, louças, 141 vasilhames em faiança fina, 8 em cerâmica vidrada, 1 em porcelana, 1 em grés, além de 10 peças em vidro. O gráfico 2 representa em ordem estratigráfica os intervalos cronológicos de produção dessas peças em louças e vidros.

O uso como balizas cronológicas da mais antiga data de início de fabricação de peça exumada no sítio e da mais recente data de encerramento de fabricação de peças estabelece o período entre 1745 e 1920 como intervalo máximo de formação do depósito arqueológico estudado. A data inicial desse período é compatível com a documentação cartorial, já que o mais antigo documento estudado relativo a esse ramo da família Fraga data de 1742 (testamento de João Gonçalves Fraga) e não menciona a fazenda, enquanto que, ao falecer em 1754, o coronel já consta no processo de testamentária, como morador da Fazenda do Morro. Já a data final, 1920, parece ser relativa a descartes episódicos e posteriores ao abandono

11 O estudo das cerâmicas esmaltadas foi desenvolvido por Flavia Reis e Rogério Tobias Júnior (Reis e Tobias Jr. 2010), dos vasilhames em esteatita (pedra sabão) por Vinícius Melquíades (Melquiades 2010) e dos em vidro por Flávia Reis (Reis 2010).



Fonte: Reis e Tobias Jr. 2010:372 (modificado)

Gráfico 2 - Gráfico de barras - louças e vidros

da fazenda. Esta data é fornecida por 2 garrafas em vidro, produzidas uma entre 1850-1920 e outra entre 1870-1920. Somente mais uma peça da amostra, uma xícara em faiança fina, produzida entre 1880 e 1900 forma o conjunto relativo às últimas décadas do oitocentos e início dos novecentos. De fato, apenas 15% das peças usadas como marcadores cronológicos tiveram o encerramento de sua produção estabelecido nas décadas posteriores a 1850; mesmo assim, dentre essas, apenas 5% tiveram seu intervalo produtivo iniciado após 1830, época final dos registros históricos para o sítio. Por outro lado, quase metade dessas vasilhas (45% delas) teve sua produção encerrada nas décadas de 1840 ou 1850.

Outras informações cronológicas que permitem situar o abandono da fazenda em algum momento das décadas de 1840 e 1850 vêm de vestígios localizados na volta das ruínas. A sede da fazenda é rodeada por estruturas arqueológicas da mineração aurífera de tecnologia moderna, introduzida no século XIX. A partir de cerca de 1840, em toda a região mineradora das Gerais se desenvolveu um processo de concentração de terras auríferas nas mãos de companhias de mineração, evidenciado na ampla disseminação de estruturas arqueológicas de mineração com tecnologia industrial e nos processos cartoriais de transmissão de propriedade (Ribeiro e Leanza, 2006). Intervenções arqueológicas na Fazenda Ouro Fino (3km da Fazenda do Morro) mostraram uma ocupação da segunda metade do século XIX por uma companhia de mineração industrial. O registro histórico e a tralha doméstica (faianças finas, ironstone e vidros) exumados no jardim em volta do escritório da mineradora forneceram balizas cronológicas para o sítio entre 1815 e 1940, com uma data média de 1850 para um momento de consumo mais intenso de louças e garrafas na sede da empresa (Ribeiro, 2010:65-77). Há, portanto, uma possível coincidência entre o abandono da Fazenda do Morro e as ações da companhia de mineração sediada na Fazenda Ouro Fino que explorava as terras auríferas na área. Pode-se, inclusive, dar crédito à tradição oral local para reforçar essa interpretação: as ruínas não são conhecidas como Fazenda do Morro ou Fazenda do Morro do Fraga, como se vê na documentação dos séculos XVIII e XIX, mas como Fazenda do Padre Fraga, sugerindo que este tenha sido seu último ocupante por tempo mais demorado. (Triste ironia que o estudo arqueológico do sítio tenha sido motivado e financiado pela mesma atividade econômica que promoveu o abandono e arruinamento da fazenda: a exploração mineral em grande escala.)

A combinação da evidência arqueológica e dos documentos cartoriais leva-me então a considerar que a ocupação da fazenda pela família Fraga se deu entre 1745 e 1840/1850. Um intervalo mais restrito para a acumulação da amostra arqueológica estudada pode ser estabelecido pela aplicação do modelo cronológico de South (gráfico de barras), resultando no período entre os anos de 1820 e 1850. Este intervalo é indicado pelas linhas verticais no gráfico de barras, que tomam por referência as mais antigas datas de encerramento de produção de peças (linha da esquerda) e as mais recentes datas de início de produção (linha da direita), cuidando-se para que ambas interceptem ao menos metade das linhas horizontais que representam os períodos produtivos (South, 1978). A aplicação da fórmula South¹², que leva em conta a frequência de cada tipo na evidência arqueológica,

12 A obtenção da data média se dá pela soma dos produtos do número de peças de cada tipo por sua data média de manufatura e posterior divisão deste resultado pelo número total de peças consideradas (que aparecem descritas no gráfico de barras). O resultado final indicará uma data aproximada para a

além das datas médias de manufatura de cada tipo de louça, indica 1818 como data média de referência para um pico de consumo de louças no sítio. Esta data é bem próxima àquela do início do intervalo principal de acumulação da amostra (1820), sugerindo que, por esta época, o consumo de louças de servir na fazenda se orientava por novos interesses.

Seguindo os escritos históricos, a mudança de comportamento de consumo de louças teria que ser pensada num contexto doméstico chefiado por um homem solteiro, padre, acompanhado por dezenas de outros homens sob seu comando – até o plantel escravo de Domingos era formado apenas por homens, cinquenta deles. Por outro lado, nesta época, a pequena Maria já contava dez anos de idade e sua iniciação nos trabalhos domésticos já teria começado alguns anos antes. Para a Igreja, que normatizou a vida familiar na colônia, a idade da razão se dava aos 7 anos, a partir de quando os meninos passavam a desenvolver pequenas atividades, estudavam e/ou aprendiam algum ofício. Já as meninas aprendiam técnicas manuais e tarefas domésticas (Leite, 1997; Del Priore, 2007). Mas, conforme o assento de batismo Maria Cândida, a menina foi exposta em uma vila a 70km da Fazenda do Morro:

“Aos dois de fevereiro do ano de mil oitocentos e nove, na Capela de Santa Ana, Filial da Matriz da Vila de Queluz, o Capelão Francisco de Souza Lima batizou e pos os Santos Óleos a Maria parvula exposta em casa de Dona Theodorina Dias Pereira”.

As relações entre a família de Dona Theodorina Dias Pereira e a família Fraga parecem anteceder o padre em gerações: o sobrenome Dias Pereira aparece em vários documentos relativos aos coronéis João e Estevão, um deles foi, inclusive, o testamentário do tio-avô João Gonçalves Fraga em 1755. Ainda que a exposição da criança não tenha sido previamente combinada entre o padre e a futura madrinha de Maria, Dona Theodorina, é bastante razoável ao ver aí uma preocupação do padre com o acolhimento da filha por uma família respeitável. Um cuidado paternal. Treze anos depois, o processo matrimonial de Maria Cândida faz uma vaga menção à sua residência em 1822: nele consta que a moça era moradora da freguesia do Inficionado, onde se situava a fazenda do padre Fraga, e não na freguesia de Queluz, onde fora exposta. O cuidado paternal do padre, que primeiro se manifestou na entrega da criança aos cuidados de uma família respeitável, pode ter logo depois se estendido à criação da filha junto a si. Trazer a pequena órfã

intensificação do consumo no sítio (South, 1978, Lima e colegas 1989).

à Fazenda do Morro para ser criada e educada pelo padre passaria decerto por uma manifestação de caridade cristã comum na época. Em testamento, o coronel João destina uma esmola para composição do dote de uma jovem criada por um morador de Mariana: “em casa de Francisco Gomes da Cruz morador também na mesma Vila se acha ao presente *uma menina que o dito está criando pelo amor de Deus (...)*”.¹³ É a evidência arqueológica da Fazenda do Morro que coloca Maria no cotidiano da casa de seu pai, mais de uma década antes da moça ser legitimada e nomeada herdeira do padre.

É difícil a atribuição da evidência arqueológica a indivíduos específicos, já que ela resulta de diferentes atividades realizadas por diversas pessoas. Das diversas atividades e processos que estão por trás da formação da evidência arqueológica da Fazenda do Morro, esse estudo considera uma em primeira instância: o consumo de louças finas de servir e sua aquisição por interesses e desejos dos moradores da sede da fazenda. Quanto a esses moradores, além de Maria Cândida ser a única mulher proprietária da fazenda, para quase cem anos cobertos pela documentação estudada, ela é a única que pode ser diretamente associada ao local, ao recebê-lo em herança. Decerto que outras mulheres poderiam (e deveriam) ter frequentado a fazenda com a ida de Maria para lá, amas de leite, mucamas, cozinheiras, governantas e preceptoras são algumas das ocupações possivelmente cumpridas por mulheres ligadas ao cotidiano da menina. Mas sua participação no grupo de convívio interferiria indiretamente na formação da evidência arqueológica em louças finas, principalmente influenciando o comportamento, desejos e interesses de Maria. Ao mesmo tempo em que faltam evidências escritas que permitam situar Maria Ignácia, a mãe de Maria Cândida, entre os moradores da fazenda, estudos sobre o concubinato nas Geraes setecentistas e oitocentistas sugerem que os religiosos envolvidos em relações amorosas optavam por manter suas eventuais concubinas em casas de terceiros, já que as ordenações religiosas vigentes na época diferenciavam os eclesiásticos amancebados, que eram punidos mais rigorosamente pela igreja, daqueles que mantinham relações transitórias (Lewkowicz, 1987, Silva, 1984). Se o padre manteve uma relação mais duradoura com Maria Ignácia, fosse mantendo-a em outra residência ou mesmo na fazenda, por exemplo, ocultando o concubinato sob uma relação de serviço, não há ainda como saber. Além de anônima nos escritos, Maria Ignácia é por ora invisível na evidência arqueológica.

13 Cf. Cópia do testamento (1742) de João Gonçalves Fraga. In: *Processo de testamentária* (1759). Grifo meu.

OS TRASTES DA CASA EM AÇÃO

Podem-se observar diferentes comportamentos de consumo de louças na fazenda ao longo do tempo ao distribuir a amostra arqueológica entre os *grupos de convívio* ou *grupos domésticos* que habitaram o local: grupos de pessoas com ou sem laços de parentesco, grupos hierarquizados e formados por mais de uma geração e diferentes camadas sociais, que contribuíram com a formação do depósito arqueológico (Spencer-Wood, 1987; Blanton, 1994; Leite, 1992). As balizas cronológicas para a atuação desses grupos sobre a composição da evidência arqueológica doméstica são definidas pela articulação entre as datas disponíveis para a aquisição e transmissão da fazenda entre os membros da família Fraga e as inferências cronológicas obtidas a partir da própria tralha doméstica. Infelizmente, não é possível distribuir todos os vasilhames datados entre todos os grupos: faianças, cerâmicas esmaltadas, algumas faianças finas e vidros aparecem com intervalos produtivos excessivamente longos, cobrindo a atuação de dois ou mais grupos domésticos. Além disso, o grupo doméstico mais antigo, o do coronel João Gonçalves Fraga (1745(?) a 1754), tem pouca visibilidade no descarte doméstico amostrado e não recebeu resultados significativos na análise, ficando um pouco à margem das comparações. São as cerâmicas vidradas ibéricas que respondem pelos principais elementos domésticos que podem ter sido consumidos na primeira metade dos setecentos: oito peças, entre panelas, tigelas, travessas e jarro, produzidas entre 1490 e 1700. A essas cerâmicas vidradas somam-se dois pratos em faiança (estilos *Contas* e *Saint Cloud* ou *Delft*), como os indicadores possíveis dos hábitos de consumo de tralha doméstica dos moradores da época.

Os comentários que seguem se debruçam sobre o consumo de louças por grupo de convívio ou doméstico a partir da segunda metade dos setecentos, sustentando-se nas peças em faianças finas, porcelana e grés, reduzindo-se as 161 peças datadas do sítio aos 134 vasilhames que aparecem agrupados na tabela 1. Quando for esse o caso, as vasilhas não contabilizadas na tabela, devido a seus longos intervalos produtivos, serão mencionadas no texto de forma a indicar a possibilidade de terem sido consumidas no momento de ocupação do grupo doméstico em questão.

Grupo doméstico	Louças - pasta/técnica/estilo/esmalte	Intervalo de produção	Data média estilos	Nº de peças
Estevão (1755-1803)	Porcelana inglesa - pasta fina e decoração floral	1745-1800	1773	1
	Grés - White salt glazed e Royal Rim	1762-1775	1769	1
	FF - Branca (creamware)	1759-1815	1787	32
	FF - Superfície Modificada – Estilos não identificados (creamware)	1759-1815	1787	3
	FF - Superfície Modificada – Royal Rim (creamware ou pearlware)	1762-1849	1805	1
	FF - Superfície Modificada – Royal Rim (creamware)	1762-1815	1789	2
Domingos (1804 -1830)	FF - Branca (pearlware)	1779-1859	1819	18
	FF- Superfície Modificada – Royal Rim (pearlware ou whiteware)	1779-1849	1814	3
	FF - Shell Edged Blue (pearlware)	1780-1859	1819	2
	FF - Shell Edged Green (pearlware)	1780-1840	1810	1
	FF - Shell Edged Blue (pearlware ou whiteware)	1780-1860	1820	1
	FF - Transfer-printing – Cena, fitomorfos ou geométrico em azul (pearlware)	1784-1859	1821	8
	FF - Transfer-printing Floral e/ou Cartucho em azul (pearlware ou whiteware)	1799-1867	1833	6
	FF - Transfer-printing – Cartucho Floral e Cena em preto (pearlware)	1802-1859	1830	1
	FF - Transfer-printing Floral e Royal Rim em verde (pearlware)	1818-1859	1829	1

Maria Cândida (1831 - ca 1860)	FF - Branca (whiteware)	1820 - ?		33
	FF - Pintado à mão – Peasant Style ou Sprig Style (whiteware)	1830-1860	1845	1
	FF - Transfer-printing (motivo não identificado) em verde (pearlware ou whiteware)	1818-1859	1839	1
	FF - Superfície Modificada – Royal Rim (whiteware)	1820-1849	1835	7
	FF - Transfer-printing Floral em azul (whiteware)	1820-1869	1844	1
	FF - Transfer-printing Floral em verde (whiteware)	1820-1859	1840	2
	FF - Transfer-printing e Borrão – Cartucho Floral em azul (pearlware)	1830-1859	1845	1
	FF - Transfer-printing – Cartucho em vinhoso (pearlware)	1830-1859	1845	1
	FF - Faixa estreita sob esmalte – monocromático (whiteware)	1820 - 1900	1860	1
	FF - Shell Edged Green (whiteware)	1820-1840	1830	2
	FF - Pintado à mão – Sprig Style (whiteware)	1830-1860	1845	2
	FF - Pintado à mão e Borrão – Sprig Style (whiteware)	1830-1860	1845	1

Tabela 1 – distribuição das louças entre os grupos de convívio na Fazenda do Morro

Ao grupo doméstico de Estevão Gonçalves Fraga (1755 a 1803) puderam ser associadas 1 peça em grés, 1 em porcelana e 38 peças em faiança fina (principalmente peças brancas sem decoração, algumas com superfície modificada) indicando o acesso que os moradores da fazenda tinham a variados artigos importados já nos setecentos. Outras oito faianças finas brancas que não aparecem na tabela 1, cujo esmalte não pôde ser definido (creamware ou pearlware), podem ter sido consumidas pelo grupo de Estevão ou do padre Fraga. Parte das cerâmicas não esmaltadas (torneadas ou modeladas) e das vasilhas em pedra sabão deveriam ter sido utilizadas nas cozinhas da fazenda nesse período e até mesmo antes.

Entre as 41 vasilhas atribuídas à ocupação pelo grupo doméstico do padre Fraga (1804 a 1830), as faianças finas com decoração predominam ligeiramente sobre as brancas lisas. As louças decoradas ou têm superfície modificada com ou sem pintura à mão livre, em azul ou verde (*Royal Rim* e/ou *Shell Edged*), ou são peças com *transfer-printing* azul, verde ou preto.

Cinquenta e três peças em faiança fina foram associadas ao grupo de Maria Cândida (1831- ca 1840/1850). As peças brancas sem decoração são predominantes, mas se destaca a maior diversidade de técnicas e estilos decorativos nas vasilhas decoradas, que podem ter superfície modificada com ou sem pintura à mão livre em verde (*Royal Rim* ou *Shell Edged*); pintura à mão livre em faixa estreita ou motivos fitomórficos policrômicos (*Peasant Style* e *Sprig Style*); com *transfer-printing* em azul, verde ou vinhoso ou com Borrão azul. Além dessas, há 8 vasilhas em cerâmica Saramenha¹⁴ que não puderam ser atribuídas com um mínimo de confiança seja ao grupo do padre Fraga, seja ao de Maria Cândida.

Ainda que fossem as mais baratas faianças finas da época, as louças brancas eram mercadoria de alto valor nas Minas Gerais dos séculos XVIII e início do XIX. O preço das louças era aumentado pelo risco assumido pelos comerciantes em transportar uma carga frágil através de estradas precárias e acidentadas. John Mawe, por exemplo, que esteve no Brasil entre 1807 e 1811, ao comentar sobre o comércio de Vila Rica (atual Ouro Preto), concluiu que enquanto os tecidos de lã e algodão ingleses eram tão baratos quanto na Inglaterra, as louças eram extremamente caras por causa dos perigos do transporte (Mawe, 1978:123). Os dois inventários analisados adiante, um de 1831 e outro de 1862, sugerem inclusive que os valores das louças inglesas podem ter permanecido altos na região ao menos até o começo da década de 1860: os pratos em faiança fina com decoração *Shell Edged Blue* aparecem com uma alta de 50% de um inventário a outro.

Ainda assim, uma significativa diversidade de faianças finas decoradas, mais caras que as louças brancas, passaram a ser consumida na fazenda nas primeiras décadas do século XIX, aumentando e se diversificando ruidosamente na amostra do grupo do padre Fraga, intensificando a diversificação no grupo seguinte, de Maria Cândida. Essa mudança de comportamento de consumo indica uma maior valorização, ou uma valorização distinta, das faianças finas pelos moradores da época em relação aos anteriores.

As diferenças entre as amostras de cada grupo de convívio, ligadas aos padrões decorativos, aos valores das peças e suas formas, sinalizam a tendência de comportamento de consumo das elites brasileiras que, desde o final do século

14 Cerâmica vidrada produzida na região dos núcleos mineradores de Vila Rica e Sabará - ambos num raio de 100km da atual Belo Horizonte - entre 1800 e 1850 (Brancante, 1981).

XVIII, lentamente se voltavam à intimidade do lar, ao conforto doméstico e à sociabilidade privada. Tais mudanças podem ser observadas também na lista de mobiliário do padre Fraga, descrita em seu inventário: sete mesas, sendo duas grandes e cinco pequenas; uma mesa de trabalho com gavetas e uma papelreira com espelho; duas canastras e nove caixas de tamanhos variados para guarda de roupas e papéis; seis tamboretas, quatro bancos e uma espreguiçadeira; quatro camas torneadas de jacarandá, quatro lisas e quatro colchões.¹⁵ O parco mobiliário do padre provavelmente é mais numeroso e variado que aqueles deixados por seu tio e tio-avô. A característica exiguidade de móveis domésticos das habitações brasileiras até o século XVIII indica ausência de espaços aconchegantes para o convívio familiar e a falta de preocupação com a intimidade: mesas, bancos, camas, caixas e baús são os móveis padrão da casa seiscentista e setecentista (Algranti, 1997). Esse cenário doméstico, onde os compartimentos da casa frequentemente tinham função superposta ou pouco definida e recebiam poucos equipamentos, é melhor compreendido à luz dos espaços tradicionais de sociabilidade na colônia. Os principais momentos de interação social eram as festas religiosas e festas em homenagem às autoridades reais, eclesiásticas e civis. Essas festas se davam principalmente fora de casa, nas ruas e igrejas. Comumente, festas e banquetes eram oferecidos às celebridades nas habitações mais ricas, favorecendo a vida social doméstica das camadas mais abastadas da sociedade. Todavia, para essas recepções e banquetes, bastava uma mesa comprida que agrupasse os convivas, talvez como uma daquelas que o inventário do padre Fraga lista. O padre não possuía nenhuma cadeira ou poltrona, apenas “bancos ordinários” e “tamboretas usados”. Talvez nas festas da casa ainda importasse mais ostentar uma mesa farta, ricas vestes e jóias, que móveis espetaculares. Até o século XVIII, as exceções ao quadro de moradias com aposentos pouco definidos e de funções sobrepostas, com mobiliário e utensílios restritos ao indispensável, ficavam por conta não das famílias abonadas em geral, mas de alguns poucos indivíduos abastados, preocupados em criar em suas casas ambientes de congregação de famílias e amigos. Ainda assim, mesmo as ricas e luxuosas moradas, que poderia haver nos setecentos e início do oitocentos, estavam bem distantes dos lares burgueses de meados do XIX, onde preponderava a intimidade e a proteção das famílias (Algranti 1997).

Em 1831, a lista de móveis inventariados do padre Fraga ainda sugere uma casa onde predominava a precariedade do mobiliário e dos ambientes domésticos, sem muito luxo ou conforto. Mas dentre o exíguo mobiliário do padre ganham destaque alguns móveis que fogem ao cenário acima, já mostrando as inovações que lentamente ganhavam espaço nas moradas brasileiras desde o final dos setecentos.

15 Cf. *Inventário de Domingos Pereira Fraga*, 1831.

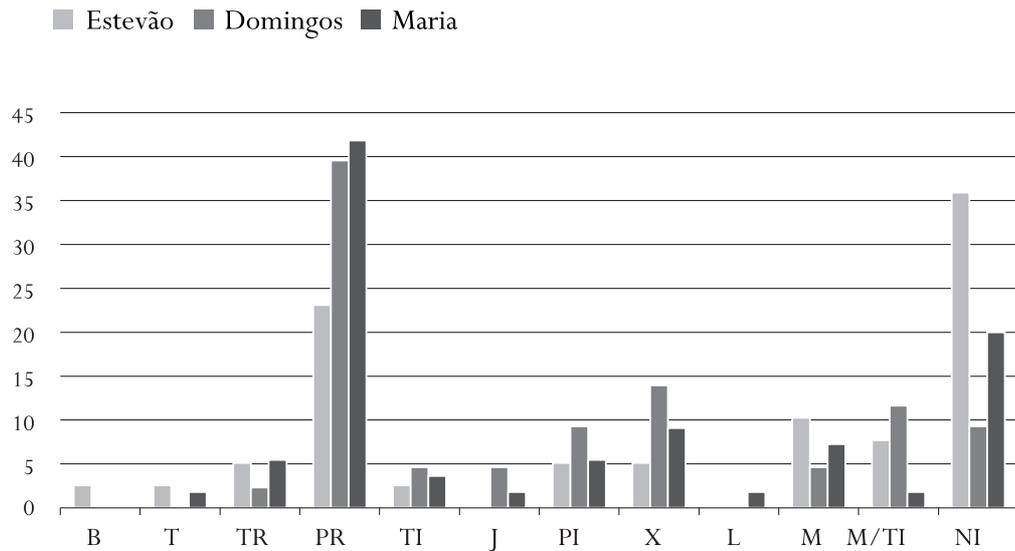
Uma secretária com gavetas, uma papeleira com espelho e uma espreguiçadeira, tanto sugerem a presença de espaços da casa específicos para o trabalho, quanto preocupação com o conforto dos corpos. A chegada mais frequente de tais móveis aos portos brasileiros, a partir do início do século XIX, mostra que a vida íntima na colônia passava a requerer mais atenção e aparatos (Algranti, 1997). Conforme se discutirá adiante, a presença de um local de uso exclusivo feminino na planta fazenda é outro indicativo de que, em termos materiais, a Fazenda do Morro na época do padre Fraga mesclava aspectos e espaços da casa colonial dos séculos anteriores e da casa burguesa, lugar de intimidade e vida privada, que se generalizaria no Brasil a partir da segunda metade do século XIX.

No nível do grupo trans-geracional e hierárquico de pessoas que conviviam na Fazenda do Morro, a introdução de faianças finas decoradas na evidência arqueológica sugere que, a partir do grupo de convívio do padre Fraga, as escolhas de consumo de louças se traduziam em uma diversidade cada vez maior de formas e tipos decorativos. Para além da lenta introdução dos ideais burgueses de domesticidade e sociabilidade privada, cabe indagar os significados particulares dessa mudança de consumo dos moradores da Fazenda do Morro para as pessoas que utilizavam essas faianças finas.

Xícara, pires, leiteira e jarra são formas que surgem ou aumentam em frequência com a introdução dos novos estilos de faianças finas decoradas, conforme gráfico 3.¹⁶ Essas são formas que indicam funções especializadas, sugerindo usos mais complexos que os anteriores, e, conseqüentemente, atribuição de significados distintos às refeições e aos aparelhos de serviço. O surgimento dessas novas formas na evidência arqueológica da Fazenda do Morro denota aumento do investimento financeiro no consumo de tralha doméstica. Por exemplo, o preço dos aparelhos de chá na Inglaterra, principal produtora das faianças finas do oitocentos, somente caiu na segunda metade do século XIX, quando a cerimônia do chá se popularizou grandemente, ultrapassando os limites das residências de classes superiores (Roth, 1988). Aplicando-se a escala de valores proposta por Miller (1980, 1991), nota-se no gráfico 4 que há um pico de consumo de louças de maior valor (4) atribuído ao grupo do padre Fraga, onde as faianças finas decoradas por *transfer printing* respondem por 40% da amostra.

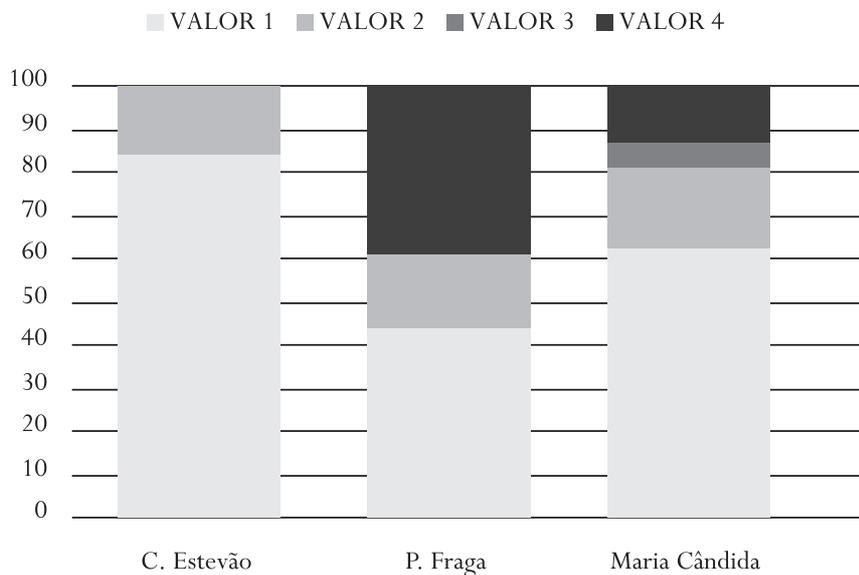
No Brasil, o hábito de consumir bebidas quentes se generalizou no século XIX, no contexto da internacionalização do capitalismo inglês. Enquanto que na Inglaterra o consumo do chá se iniciou nos espaços públicos e masculinos das

16 Dois pires e uma xícara branca em esmalte *creamware*, que aparecem associados ao grupo de Estevão, podem pertencer a um mesmo jogo. Como essas peças foram produzidas entre 1759 e 1815 podem ter sido adquiridas à época do padre Fraga, no começo do século XIX. Mantive, entretanto, sua atribuição ao grupo de Estevão em respeito aos critérios de distribuição das peças por grupo doméstico.



Legenda: B (bacia), T (tampa), TR (travessa), PR (prato), TI (tigela), J (jarra), PI (pires), X (xícara), L (leiteira), M (malga), NI (forma não identificada)

Gráfico 3 - Formas das faianças finas por grupo doméstico (percentuais do total da amostra de cada grupo)



Valor 1: faianças finas brancas; Valor 2: faianças finas com superfície modificada com ou sem pintura na borda (Shell Edged), faixa estreita sob esmalte; Valor 3: policrômicas pintadas à mão livre; Valor 4: transfer-printing, borrão

Gráfico 4 - Valores relativos das faianças finas por grupo doméstico. (percentuais do total de cada grupo)(percentuais do total da amostra de cada grupo)

cafeterias, no Brasil o hábito teria sido importado diretamente para o interior das casas de família (Lima, 1997). Jean Baptiste Debret, que viveu no Brasil entre 1816 e 1830, relatou que o consumo de chá, café e chocolate ocorria de modo generalizado nas residências domésticas cariocas da época, várias vezes ao dia (Debret, 1954). A associação entre o consumo de bebidas quentes e o universo do cotidiano feminino é fartamente documentada na literatura, principalmente em dois contextos distintos: um eminentemente doméstico, de convívio familiar após as refeições, e um social, de abertura da casa para visitantes convidados especialmente para o ritual do chá, sendo que esse último só se disseminou pelo Brasil a partir da segunda metade do século XIX (Agostini e Najjar 2007; Lima, 1997).

O que se defende aqui é que a mudança de comportamento no consumo de artefatos domésticos está relacionada principalmente à presença e agência de Maria na rotina da fazenda (o que inclui seus interesses, sua sujeição e rejeição à figura masculina), num contexto de interação com a tralha doméstica relacionada à busca de ascensão e aceitação social de uma jovem criada num mundo abastado ao qual, aos olhos da sociedade local, ela não pertencia. A análise de inventários de homens da família Fraga ajuda a compreender como esse novo comportamento de consumo dos habitantes da Fazenda do Morro se relaciona à Maria Cândida.

A listagem de artefatos domésticos que aparece no inventário do padre Domingos indica um grande número de peças em faianças finas brancas de valor mais baixo (que aparecem sob a denominação genérica de “pó de pedra”), seguidas pelas decoradas de tipo *Shell Edged* (listadas como “beira azul”), ligeiramente mais caras. Em menor número e preço elevado constam as porcelanas (denominadas no inventário simplesmente como “da Índia”). Sem informações que levem à identificação das pastas, aparecem também aparelhos de café e peças de função especializada (terrinas, sopeiras), peças indicativas da complexificação dos rituais das refeições à moda europeia (Tocchetto, 2010; Lima, 1995, 1997).

Os hábitos refinados inferidos no inventário do padre Fraga e na evidência arqueológica a ele relativa ganham destaque na comparação entre o inventário do religioso e o de seu meio-irmão, Domingos José Pereira Fraga, aberto trinta anos após a morte do padre, na segunda metade dos oitocentos – tabela 2. Os dois inventários são relativos a grandes fortunas: o padre Fraga, ao morrer, deixou de herança quase 40 contos de réis; seu irmão deixou mais de 70 contos. Como quase todos os itens sofreram importantes altas de preços de uma época à outra, usei o percentual monetário da categoria de objetos em relação ao monte-mor da fortuna nas comparações. Assim, ainda que o inventário do meio irmão Domingos José se destaque na acumulação de objetos em prata, respondendo por quase 400 mil contos de réis, seu investimento em prataria foi o mesmo que o do padre

Domingos (0,54% contra 0,6% do valor total inventariado). Uma importante diferença de preço é observada nas avaliações dos plantéis de escravos de cada um: os 50 escravos do padre valiam 6 contos de réis e meio em 1831, os 36 escravos de Domingos José valiam mais que cinco vezes esse valor: quase 34 contos de réis em 1862. Em que pese na comparação o fato do padre manter como escravos uma série de pessoas fora da idade produtiva, entre uma data e outra foi decretado o fim do tráfico (1850), o que inflacionou o valor dos escravos para comércio no Brasil.

Não há diferenças significativas no investimento de cada um dos meio-irmãos em itens de parafernália doméstica (0,7% dos bens totais no inventário do padre e 0,6% no inventário de seu meio-irmão), mas sim na composição desses investimentos. A pequena quantidade (64 peças) e baixo valor (0,02% do monte-mor e 4,4% do total investido em tralha doméstica) das louças e vidros arrolados no inventário de Domingos José têm por contraponto uma quantidade bem maior de vasilhas (229 peças) e um mais alto valor (0,1% do monte-mor e 14% do total investido em tralha doméstica) a elas atribuído no inventário do padre. É o investimento concentrado em artigos de prata (95,5% do total em artigos domésticos), que faz com que o inventário do meio irmão Domingos apresente valores similares aos do padre no que se refere à parafernália doméstica. Artefatos em prata (não apenas objetos domésticos, mas também esporas, fivelas, relógios e outros artefatos) aparecem em inventários de pessoas de posse dos séculos XVIII e XIX e costumam ser interpretados como aplicação de excedentes financeiros (Almeida, 2005a). Serviam também para ostentar o poderio econômico e social de seus proprietários abastados, quando vasilhas de prata eram geralmente expostas nas salas (Lima, 1995), enquanto o restante da parafernália de copa e cozinha podia ser simples e não representativo das posses de seus senhores (Symanski, 1998).

Esse talvez fosse o caso do meio irmão Domingos, mas não do padre. Outros indicativos que o inventário do padre oferece de hábitos refinados praticados na fazenda são quase 14 mil réis (5% do total investido em artigos de uso doméstico) atribuídos a diversas toalhas, chocolateiras e guardanapos, num investimento proporcionalmente superior ao de Domingos José em louças. O chocolate era um produto caro e luxuoso nas Minas, consumido pelas famílias de posses (Furtado, 2001:90), enquanto os guardanapos eram usados por poucos: Saint-Hilaire, em trânsito pela região na segunda década dos oitocentos, relata que enquanto as toalhas de mesa estavam presentes em todas as casas, os guardanapos individuais eram praticamente desconhecidos (Sainte-Hilaire, 2000:97). Aumenta o contraste entre os dois inventários o fato do primeiro listar a tralha doméstica de um homem solteiro que supostamente vivia só e o segundo arrolar a parafernália doméstica de valor possuída por um homem casado e pai de quatro filhas.

Tabela 2 – Comparação entre itens de tralha doméstica arrolados no inventário do padre Domingos Pereira Fraga (1831) e de seu meio-irmão, Domingos José Pereira Fraga (1862)

Inventário Padre Domingos Pereira Fraga (1831)				
Material	Item	N. peças	Valor (Rs)	Valor unitário
Prata (artigos domésticos)	colher de sopa	1	9,600	9,600
	salva	2	19,200	9,600
	bacia e jarro	1	102,000	102,000
	faqueiro (12 peças)	1	50,000	50,000
	jogo de colher, garfo e faca	6	30,000	5,000
	Par de fivela para sapatos	1	1,200	1,200
	Total	12	212,000	(81% do total em tralha dom.)
Louças	pratos de pó de pedra	48	3,840	80
	travessas de pó de pedra	4	1,280	320
	aparelho de café em pó de pedra	1	1,600	1,600
	tigelas de pó de pedra	12	1,200	100
	pratos de beira azul	48	4,800	100
	travessas de beira azul	6	2,400	400
	pratos da Índia	24	4,000	167
	tigela da Índia	6	1,920	320
	terrinas grandes	2	1,280	640
	sopeiras	2	640	320
	aparelho de café esmaltado	1	3,000	3,000
	tigela amarela	6	900	150
	Total	160	26,860	(10% do total em tralha dom.)
Vidro ou grès	cálice para vinho	12	1,440	120
	cálice alto dourado	4	1,280	320
	copo liso para água	2	400	200
	copo lavrado dourado	4	1,600	400
	copos menores para vinho	6	900	150
	garrafa branca lisa	6	1,200	200
	garrafa dourada	3	640	213
	garrafa preta	32	3,000	94
Total	69	10,460	(4% do total em tralha dom.)	
Outros artigos domésticos	chocolateira	2	1,920	960
	toalhas de mesa usadas	4	4,800	1,200
	toalhas de mesa finas	3	1,440	480
	toalhas	6	1,920	320
	guardanapos	24	3,600	150
	Total	39	13,680	(5% do total em tralha dom.)
Valor total tralha doméstica			263,000	(0,7% do monte-mor)
Valor total bens inventariados		39,652,000		

Inventário Domingos José Pereira Fraga (1862)					
Material	Item	N. peças	Valor (Rs)	Valor unitário	
Prata (artigos domésticos)	faqueiro	1	232,400	232,400	
	pares de colheres e garfos	16	127,120	7,945	
	facas com cabo de prata	6	33,600	5,600	
	facas com cabo de prata	1	1,200	1,200	
		Total	24	394,320	(95,5% do total em tralha dom.)
Louças	pratos brancos	12	2,000	167	
	pratos de beira azul	12	1,800	150	
	pratos travessas	11	3,520	167	
	terrina branca	1	1,200	1,200	
	tigelas	4	800	200	
	bules brancos	3	2,400	800	
	bule ordinário	1	320	320	
	canecas brancas	5	2,400	480	
	caneca grande	1	400	400	
		Total	50	14,840	(3,5% do total em tralha dom.)
Vidro ou grès	copos grandes de vidro	2	1,000	500	
	cálices para vinho	9	1,800	200	
	copos pequenos	3	300	100	
		Total	14	3,100	(1% do total em tralha dom.)
Outros artigos domésticos	0	0	0	0	
Valor total tralha doméstica		412,260		(0,6% do monte-mor)	
Valor total bens inventariados		73,149,260			

Duas inferências são possíveis quando se observa a Fazenda do Morro em detalhe, comparando os trastes da casa à época do padre com as casas do século XVIII, quando seu tio e tio-avô foram proprietários da fazenda; e quando se compara a parafernália doméstica da casa do padre com a de seu meio-irmão mais jovem. A primeira delas é que a vida cotidiana na Fazenda do Morro da segunda e terceira décadas do século XIX participava de um movimento geral das elites no Brasil, que lentamente acolhiam os ideais burgueses de domesticidade e sociabilidade privada. A segunda delas é que na Fazenda do Morro essa tendência geral de comportamento social ganhou outros matizes quando articulada a agências específicas, com desejos e interesses particulares.

GÊNERO E AGÊNCIA NA FAZENDA DO MORRO (1810-1830)

Uma mudança importante foi promovida pelo padre Fraga nos negócios da família após a morte do tio. O padre abandonou a exploração de ouro, que havia enriquecido seus antepassados, para concentrar seus investimentos em agricultura. Já desde as primeiras décadas dos setecentos, as atividades agropastoris eram praticadas nas Geraes em estreita relação com a extração mineral, numa combinação de extrema importância na dinâmica sócio-econômica da Capitania (Guimarães; Reis, 2007). No ramo em estudo da família Fraga, no século XVIII, os homens ricos eram principalmente mineradores, como é o caso dos coronéis João e Estevão, este, inclusive, aparece com essa ocupação na lista dos homens ricos da Capitania de Minas Gerais em 1756.¹⁷ Ao longo do século XIX, o que se nota nos documentos cartoriais dos Fraga é uma substantiva redução nas menções à extração mineral. O inventário do padre apresenta três sesmarias de terra com casas de vivenda e paiol, engenho, moinho, senzalas, “lavouras,” “terras de cultura,” “capoeira” e outros quinhentos alqueires de milho e de feijão; porcos, animais de carga e transporte, cinqüenta escravos e grande número de ferramentas ligadas ao trato da terra (foices, enxadas e alavancas). Documentos de parentes próximos do padre informam sobre a manutenção do poderio econômico dos Fraga ao longo da segunda metade do século XIX, que foi mantido mais por atividades agrícolas que mineradoras.¹⁸ Não se sabe ao certo quando o padre Domingos abandonou a mineração, mas, na segunda década do XIX, Johann Emanuel Pohl se refere a ele como fazendeiro (Pohl, 1976:383) e seu inventário é, definitivamente, o de um agricultor.

No quadro regional, o investimento concentrado em práticas agrícolas é

17 Cf. *Carta de Domingos Pinheiro*.

18 Cf. *Inventários de Domingos Pereira Fraga* (1831), *Domingos José Pereira Fraga* (1862) e *Manoel Pereira Fraga* (1872).

uma tendência desde o final do setecentos (Andrade 2008), o que não tira a importância da ruptura que essa reorientação nos negócios marca no histórico econômico da família Fraga no Brasil, mas a coloca no plano das transformações gerais que estão ocorrendo abertamente na sociedade colonial mineradora. Outras mudanças, muito mais lentas e sutis, davam-se no plano das práticas sociais, individuais e cotidianas, através da dissimulação e do escamoteamento. Com a morte do tio Estevão, Domingos, já homem maduro, parece ter assumido mais liberdade para transitar entre as condutas impostas pela tradição da família Fraga no Brasil e as condutas possibilitadas pela sociedade mineira colonial. Por vezes seguidas, o padre rompeu as normas tradicionais de sua família e/ou da elite local. Sua ação contestadora pode ser observada através de subterfúgios, tais como expor a filha recém nascida em casa de família conhecida e trazê-la depois para ser criada na fazenda.

Nos séculos XVIII e XIX, um grande fosso se colocava entre os ideais morais dos quais a Igreja se valia para normatizar a vida familiar e social na colônia e as características demográficas e morais da população local. A grande parcela de africanos e afro-brasileiros; a mestiçagem; os altos índices de ilegitimidade; a escassez de mulheres brancas e livres; a escravidão que favorecia os abusos sexuais e as dificuldades ligadas ao casamento nas camadas pobres da população (os processos matrimoniais eram muito onerosos) tornavam comuns os modelos de famílias alternativas à instituição do casamento e a sociedade mineira era propensa a acomodar essas situações não legitimadas (Lewkowicz, 2007; Villalta, 2007; Del Priore, 1997). Era necessário, entretanto, um mínimo de discrição e dissimulação para que relações sexuais ilícitas e arranjos familiares irregulares fossem admitidos implicitamente. As ordenações religiosas impunham, principalmente à vida clerical, uma contínua teatralização dos comportamentos, de modo a representar socialmente a virtuosidade do estado eclesiástico. Mancebia, ilegitimidade, sangue impuro e maus costumes constavam com frequência nos currículos extra-oficiais dos clérigos mineiros, traços que acabavam por aceitos pela flexibilidade da sociedade, podendo até contar com a anuência da Igreja. Na perspectiva do controle administrativo e religioso, o distanciamento entre as normas e as práticas era agravado pelo fato de que a sociedade, cujo perfil demográfico e moral se opunha às exigências legais, se fixava mais no “bem representar-se que no desenvolvimento efetivo dos comportamentos requeridos” (Villalta, 2007:38).

A presença exclusiva de homens no plantel de escravos do padre Fraga também pode ser reveladora de mais um de seus subterfúgios para conciliar a conduta esperada de um homem de sua posição e a liberdade que desejava para sua vida em família, mesmo uma família clandestina. Ao morrer, o padre Fraga deixou

50 escravos, todos homens.¹⁹ A ausência de mulheres no plantel escravo pode ser explicada de três maneiras não excludentes. A primeira explicação possível remete às práticas minerárias às quais se dedicava a família Fraga anteriormente ao padre: no auge da mineração, a preferência por braços masculinos para se ocuparem da extração acentuou o desequilíbrio sexual no comércio atlântico (Russel-Wood, 2005). Treze dos escravos inventariados com a morte do padre possuíam mais que 60 anos de idade, fora da faixa etária produtiva e, provavelmente, entre esses escravos mais idosos estavam alguns herdados do coronel Estevão, mantidos até a morte pelo padre. Em segundo lugar, as escravas mulheres se valiam mais de estratégias para obtenção da liberdade que os homens, o que podia resultar em desequilíbrio sexual nos plantéis inventariados (Paiva, 2001). Mas não na total ausência de mulheres escravas, como é o caso. Por outro lado, o sacerdócio justificaria a criação de um ambiente doméstico predominantemente masculino e livre de tentações, que atendessem aos requisitos de moralidade da sociedade colonial nas Minas.

O comportamento esperado da mulher era, ao contrário da permissividade concedida aos homens, estritamente regrado, sendo a castidade feminina fundamental (Lewkowicz, 2007). O zelo excessivo com as donzelas nos séculos XVIII e XIX e a presença de um plantel escravo exclusivamente masculino na Fazenda do Morro ajudam a entender o jardim nos fundos da casa sede como um espaço exclusivo e protegido (figuras 1 e 2). O isolamento e proteção desse jardim ou pátio interno evocam os espaços restritos ao lazer feminino das casas coloniais, onde as mulheres eram protegidas da curiosidade masculina. Auguste de Saint-Hilaire comentou a presença desses jardins nos seguintes termos: “Os jardins, sempre situados por trás das casas, são para as mulheres uma fraca compensação de seu cativo e, como as cozinhas, são escrupulosamente interditados aos estrangeiros” (2000:96). Na Fazenda do Morro, o jardim se comunicava diretamente com os setores interno e central da casa grande, sem que fosse preciso sair da casa, ou atravessar a área de serviço, também nos fundos da planta. As altas paredes do lugar sugerem proteção e resguardo de um ser frágil e vulnerável à influência e força masculina numa fazenda com dezenas de homens.

Essa proteção e tutela masculina não são diferentes daquelas que aparecem nos documentos cartoriais, onde as mulheres não precisam ter nomes de família, às vezes sequer pré-nomes, para receber esmolas ou dotes para se casar e ter quem delas cuidasse. Se em testamento o coronel João reserva quantias para compor os dotes de suas sobrinhas, “filhas das minhas irmãs”, outro eco da tutela masculina

19 Todos individualizados no inventário por nome e origem, a grande maioria proveniente da África centro-ocidental: 27 de Bengela, 19 de Angola, 1 de Cabinda, 1 de Moçambique e dois crioulos.

sobre as mulheres da família talvez seja a linha de sucessão patrimonial adotada pelos Fraga. A rede de parentesco que pôde ser delineada através dos escritos notariais e paroquiais mostra que tanto o coronel João quanto o coronel Estevão, já enriquecidos no Brasil, trouxeram de Portugal o filho de uma de suas irmãs, numa transmissão de patrimônio pela descendência da irmã. Os sobrinhos escolhidos para herdar a fortuna do tio materno tinham, provavelmente, uma vida melhor no Brasil que aquela oferecida por sua família no reino.

O testamento do padre, lavrado em cartório um ano e meio antes de sua morte, foi provavelmente a última manobra de conciliação da preocupação com o bem estar de Maria e de seu cuidado em evitar constrangimentos sociais ligados à incompatibilidade entre sua conduta e seu ofício. Os processos de perfilhação solene, transcorridos no Rio de Janeiro e através dos quais se obtinha autorização para a legitimação de descendentes, eram processos que, ou exigiam a exposição e aceitação do delito, ou oficializavam algo que já era reconhecido e tolerado pela família e vizinhos. Ainda que esse processo não tenha sido localizado, há indícios de que a legitimação de Maria Cândida tenha transcorrido de modo tão discreto quanto a relação familiar entre o padre e a filha. Domingos pode ter contado, para obter a perfilhação, com declarações de homens de sua confiança, eventualmente dos mesmos quatro nomes que testemunharam o registro de suas últimas vontades. É o testamento que possui a maior pista das condições de sigilo parcial em que o processo de perfilhação pode ter corrido: trata-se de um ‘testamento cerrado’, recurso jurídico que garantia que o conteúdo do documento somente fosse publicizado após a confirmação do óbito do testador (Silva 2009).

Mesmo mantendo sua filha na fazenda e financiando artigos luxuosos de consumo, o padre Fraga não burlou de todo as regras e os limites da convivência social destinados às mulheres oitocentistas: a legitimidade de Maria só foi tornada pública após a morte do padre e, junto com o ‘jardim secreto’, espaço protegido e recluso nos fundos da fazenda, o testamento cerrado parece explicitar que os caminhos de Maria na sociedade colonial eram limitados por sua origem social e pelos altos muros da fazenda.

Como não é possível dissociar a agência do padre da agência de Maria, a inclusão da moça nesse cenário torna-o mais complexo. A intensificação do consumo de tralha doméstica na fazenda, próxima a 1820, parece ser relativa a um momento especial na biografia de Maria: o processo social de sua emancipação à vida, costumes e responsabilidades adultas. De acordo com o código Filipino, base do direito português que vigorou no Brasil do início do século XVII ao final do XIX, as meninas atingiam a maioridade aos 12 anos (idade que Maria Cândida alcançou em 1821), enquanto os meninos o faziam aos 14 (Leite, 1997;

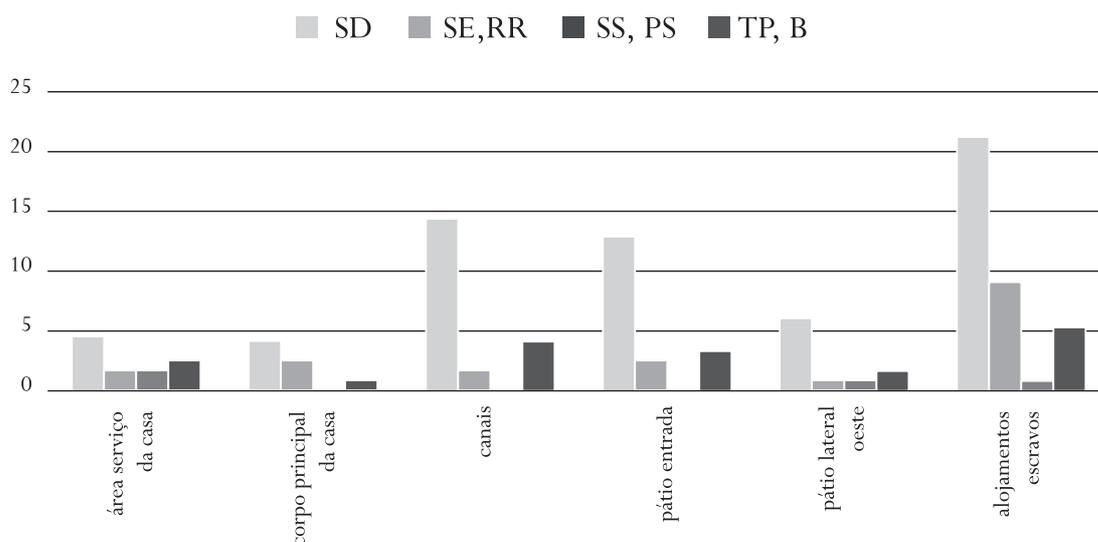
Del Priore, 2007). Esse processo social de Maria tornar-se adulta (ainda que o termo de época para designar a classe de idade entre os 12-14 e os 25 anos fosse adolescente) parece ter feito parte de uma mudança nas relações de gênero entre a menina e o padre, não mais referida pela hierarquia adulto/criança, agora mais efetivamente orientada pelas relações entre masculino e feminino. Passa a ser importante considerar o peso que a consciência de sua própria origem social tenha tido na vida de Maria.

Se os subterfúgios do padre Fraga para ocultar seu delito podem ter lhe permitido conviver familiarmente com a filha, Maria não podia fugir da marca de nascença imposta à sua vida social. Apesar de todo o luxo e pompa em que Maria Cândida possa ter sido criada, ela não era, às vistas da sociedade local, uma mulher de elite: suas origens sociais eram nebulosas, ela carregava o estigma da exposição. Há que se considerar, portanto, que, ao trazer a criança para junto de si, o padre lhe garantia ascensão econômica, mas não social. Logo, uma forma de compreender o aumento e diversificação das louças finas na fazenda, próximo à época em que a menina se inicia na fase adulta de sua vida, pode ser através do uso desses objetos como o que Júnia Furtado chamou de “símbolos externos de dignificação” na luta cotidiana pela legitimação de uma nova posição social. Furtado tem mostrado como nas Minas setecentistas mulheres de origem humilde ou obscura, que se uniam (por casamento ou concubinato) a homens ricos, buscavam se reinserir na sociedade, reduzindo seus estigmas sociais como cor, escravidão ou ilegitimidade. Assumindo hábitos da elite, essas mulheres buscavam conquistar, cotidianamente, sua ascensão social, reunindo objetos finos como porcelanas da Índia, aparelhos de café e chocolateiras, que representavam sua inserção num meio muito distante daquele onde nasceram (Furtado, 2001, 2003).

Não será a simples presença de mulheres num rico grupo de convívio que irá determinar a quantidade, diversidade e alto custo de artigos importados na tralha doméstica, mas o modo como as mulheres interagem com a cultura material em suas estratégias de gênero. Exemplo disso é o já comentado inventário do meio irmão do padre Domingos, casado, pai de quatro filhas e morto 30 anos depois do padre. Apesar de sua grande fortuna, o inventário do meio-irmão não lista louças finas ou apetrechos ligados ao aumento e à complexificação dos cerimoniais das refeições domésticas. O consumo de artigos finos na Fazenda do Morro não representa somente a adesão da família aos símbolos materiais com os quais as camadas sociais de posse se identificavam. Ele pode ser entendido também como expressão dos papéis que Maria passa a assumir na vida do padre e na operação das relações de gênero que passam a se configurar com o abandono da infância e as negociações de uma jovem mulher que, consciente do paradoxo entre sua situação

econômica e origem social, busca equacionar esses aspectos através da adoção de práticas e costumes domésticos mais refinados. Através da emulação de costumes das elites européias, Maria dissimulava sua origem obscura na sociedade local.

A influência de Maria Cândida na fazenda (e na vida do padre) ia muito além dos autorizados limites do jardim secreto. Na área dos alojamentos dos escravos foram encontradas algumas peças que fazem uma ligação direta com a casa grande, apesar dos muros, paredes e desvios entre as duas áreas. Quase um terço das louças datadas da fazenda foi coletado ou exumado na área de alojamentos dos escravos. A grande maioria das peças corresponde a louças brancas sem decoração, com superfície modificada com ou sem pintura em azul ou verde (*Shell Edged* ou *Royal Rim*), mas há algumas xícaras e malgas em *transfer-printing* azul ou preto que evocam um trânsito de objetos nobres de copa e cozinha desde a casa grande. A coleção estudada sugere que, ao longo da ocupação da fazenda pelos três grupos de convívio, as louças brancas lisas e louças com *Shell Edged* ou *Royal Rim* podem ter sido consumidas na mesma intensidade pelos senhores da fazenda e pelos moradores da área dos alojamentos. Já as louças com motivos fitomórficos policrômicos pintados à mão livre e com *transfer-printing*, que surgem na evidência arqueológica associada ao grupo de convívio do padre Domingos, são, ao contrário, menos frequentes na área dos escravos que nos demais setores da planta da fazenda (gráfico 5). A presença destas peças na área das senzalas pode ser entendida como aquisição de segunda mão, por exemplo, pela distribuição de aparelhos danificados aos escravos quando são substituídos por jogos novos (Symanski e Souza, 2007). Se essa circulação de vasilhames de modo geral mostra a influência dos senhores da fazenda sobre a vida material e a organização social dos habitantes das senzalas (Thomas, 1998), de modo particular mostra que a influência de Maria ia além da área interior e protegida da casa grande.



Legenda: SD (sem decoração); SE (superfície modificada e pintura a mão livre na borda - Shell Edged); RR (superfície modificada - Royal Rim); SS e PS (policrômica pintada a mão livre - Sprig Style ou Peasant Style); TP (transfer-printing); B (transfer-printing e borrão azul)

Gráfico 5 - Distribuição das faianças finas nos setores da fazenda por técnica e estilo decorativo (percentuais sobre o total da amostra)

Chama a atenção o fato de Maria Cândida ter se casado com um rapaz de nascimento ilegítimo e possivelmente pardo, já que filho de uma parda forra, portanto de origem social tão nebulosa quanto a sua²⁰. Ao padre Fraga não faltavam meios para casar a filha com alguém de boa situação, estratégia comumente usada pelas boas famílias dos setecentos e oitocentos para inserir socialmente seus filhos ilegítimos. E, de acordo com Ida Lewkowicz, os escritos relativos às Minas Gerais setecentistas constroem um cenário onde a autoridade paterna atuava preponderantemente sobre a escolha do cônjuge. Era um dever masculino garantir a segurança, honra e futuro de suas filhas e, embora não se saiba ao certo até onde os casamentos por conveniência tinham anuência dos casais, a escolha do cônjuge pelo pai da noiva parece ter contado forte entre as estratégias familiares de matrimônio e acolhimento de filhos ilegítimos (Lewkowicz, 2007). À primeira vista, pode parecer que a não participação do padre na escolha do noivo, ou mesmo seu consentimento à escolha de Maria, vão de encontro aos cuidados

20 Cf. *Processo matrimonial* de José de Souza Cunha e Maria Cândida (1822).

anteriores que Domingos tomou para garantir o futuro da filha clandestina. Mas é impossível não associar a idade de Maria indicada no processo matrimonial, recém conquistada sua maioridade dos doze anos, à necessidade do padre em encontrar outro modo de resguardar sua convivência diária com a filha, agora adulta. A necessidade do padre em casar a moça pode tê-lo feito ceder à sua preferência. O casamento de Maria parece sinalizar, ele também, as negociações de poder entre a moça e seu pai, camufladas pelo faz-de-conta cotidiano da co-habitação de um religioso e sua protegida.

O surgimento, na evidência arqueológica da fazenda das primeiras décadas do século XIX, das refinadas e especializadas faianças finas de servir sinaliza para uma interação diferente com a cultura material, na qual as categorias específicas de artefatos que são adquiridas e usadas como modo de afirmação de identidade social (Gibb, 1996) têm sua seleção atrelada a uma noção de espaço doméstico mais íntimo e com mais abertura para a convivência familiar. Fato é que quanto mais complexo for o ritual da refeição, mais tempo os comensais permanecerão juntos. A adoção de vasilhas de servir com funções especializadas e aparelhos de chá e café sugerem que, na Fazenda do Morro, à época de Domingos, se dava mais atenção à convivência doméstica, indicando um espírito de família mais afetivo e íntimo entre o padre e Maria que aquele estabelecido anteriormente entre homens adultos e sem filhos, o padre e o coronel Estevão ou, antes deles, Estevão e o coronel João.

Diversas pesquisas históricas e arqueológicas relativas à segunda metade do século XIX identificam no maior investimento em conforto e luxo domésticos e na transformação de recintos da casa em espaços de sociabilidade, o ideal burguês de domesticidades (Lima, 1997; Symanski, 2002; Carvalho, 2008). A introdução desse modo de vida burguês, orientado para o consumo individual e de mercado, com a mercantilização dos objetos domésticos e sua exibição privada e ostensiva, marca uma clara diferença com as práticas anteriores, das quais faziam parte as demonstrações de status em ocasiões públicas, marcadas pela religiosidade e pela liberalidade generosa do consumo de riquezas individuais. Acompanhando a alteração de um conjunto maior de elementos na sociedade brasileira, a modificação dos costumes domésticos se relaciona a novas formas de sociabilidade familiar, onde a vida doméstica e a intimidade lentamente assumem outros significados. Pelo menos entre os membros da elite, esse processo teve início desde a virada do século dezoito, ou mesmo antes, para lentamente assumir os contornos dados, a partir da segunda metade do século XIX, à importância do consumo privado e conspícuo para a construção de identidades sociais e sexuais (Algranti, 1997; Carvalho, 2008).

A vida material na fazenda das primeiras décadas do oitocentos informa sobre uma mudança sutil em relação às décadas anteriores. Às mesas grandes para acomodar convidados, como aquela listada no inventário do padre, somam-se móveis ligados ao trabalho, como a escrivaninha e a papeleira, certamente destacadas em ambientes ocupados tradicionalmente apenas por mesas, bancos e tamboretas. Refinados aparelhos de jantar e chá/café e a espreguiçadeira evocam maior preocupação com o conforto e com os equipamentos domésticos, com a ritualização do convívio familiar. Foi neste contexto de lenta penetração na sociedade brasileira das noções europeias de domesticidade, de re-significação da vida íntima e familiar e do ambiente interno da casa como expressão de status social, que Maria encontrou solo fértil para exercitar e negociar seus próprios interesses e desejos.

AGRADECIMENTOS

A Ângelo Pessoa pelo croqui do jardim interno; a Bruno Sanches pela revisão dos resumos; a Luis Cláudio Symanski e Fernanda Tocchetto pela leitura e discussão da primeira versão deste texto e à Cooperativa Cultura, que, através de seu Fundo de Pesquisa, viabilizou pesquisas complementares nos arquivos históricos de Mariana e Ouro Preto.

REFERÊNCIAS

FONTES MANUSCRITAS:

Abreviações:

AEAM: Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana

AHCSM: Arquivo Histórico Casa Setecentista de Mariana

CRIM: Cartório de Registros de Imóveis de Mariana

AHU/PR Arquivo Histórico Ultramarino/Projeto Resgate

APM: Arquivo Público Mineiro

BALMG: Biblioteca da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais

ASSENTO de batismo de Maria Cândida (1809). Livro de Batismo II; Prat. I, n^o15, fl. 307, AEAM.

CARTA de data mineral do Capitão Manoel Coelho Fraga e do Alferes Manoel Fraga do Couto. Fundo Guardamoria. Carta de datas, 1723-1724. Livro 1, fl.15. AHCSM.

CARTA de três datas minerais de (ilegível) Gonçalvez Fraga. Fundo Guardamoria. Carta de datas, 1723-1724. Livro 1, fl.1. AHCSM.

CARTA de Domingos Pinheiro, provedor da Fazenda de Minas, informando o secretário de Estado, Antônio Amaro de Sousa Coutinho, sobre a remessa da relação na qual se discrimina o número de homens de negócio, mineiros e roceiros que vivem na Capitania de Minas. 25-07-1756. Caixa 70, doc 41, CD 20, AHU/PR.

CERTIDÃO de Auto de Penhora, Mineração Morro do Fraga, 1926. Livro 2 de Inscrição Hipotecária, registro 498, CRIM.

DE GENERE et moribus (processo de habilitação sacerdotal) Domingos Pereira Fraga, 1774, arm 3, pasta 450, AEAM.

INVENTÁRIO de Domingos José Pereira Fraga, 1862. Códice 32, Auto 767. Inventários, 1^o ofício, AHCSM.

INVENTÁRIO de Domingos Pereira Fraga, padre. 1831. Inventários – 1^o ofício. Caixa 103, 2149, AHCSM.

INVENTARIO de Manoel Pereira Fraga, 1872. Códice 20, Auto 531, Inventários, 2º ofício, AHCSM.

PROCESSO de testamentária de João Gonçalves Fraga (1759): cópia do testamento (1742) e cópia de codicilo (1754). Códice 281; 5057; 1º ofício, AHCSM.

PROCESSO matrimonial de José de Souza Cunha e Maria Cândida (1822), AEAM.

TESTAMENTO de Estevão Gonçalves de Fraga, 1802, Livro 40, folha 9, AHCSM.

TESTAMENTO do Padre Domingos Pereira Fraga, 1830, Livro 24, folhas 14-15, AHCSM.

FONTES IMPRESSAS:

CARTA de lei, que cria diversas vilas, suprime algumas das já criadas, eleva a distritos várias povoações, fixa as divisas de algumas freguesias e municípios, e contém outras disposições a respeito. *Livro da Lei Mineira*. 01 de junho de 1850, p. 41, col. 1, BALMG.

CARTA de sesmaria, 20 maio 1747, João Gonçalves Fraga, tenente-coronel, sesmeiro. Sesmarias: 1746 – 1750. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais. Vol. 14, pp. 17-209, 1909.

CREAÇÃO DE VILLAS NO PERIODO COLONIAL; VILLA RICA; Termo de erecção da villa. *Revista do Archivo Publico Mineiro*, Ouro Preto: Imprensa Oficial de Minas Gerais, v 2, p. 85, 1897.

DEBRET, J.B. *Viagem pitoresca e histórica pelo Brasil* [1816-1839]. São Paulo: Martins Fontes, 1954.

LINDLEY, T. *Narrativa de uma viagem ao Brasil* [1802-1803]. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1969.

MAWE, J. *Viagens ao interior do Brasil*. [1808-1811]. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1978.

POHL, J. E. *Viagem no interior do Brasil* [1832]. São Paulo: EDUSP, 1976.

SAINT-HILAIRE, A. de. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais* [1816-1822]. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 2000.

VIDE, S. M. da. *Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia / feitas, e ordenadas pelo ilustríssimo e reverendíssimo Senhor Sebastião Monteiro da Vide, arcebispo do dito arcebispado, e do Conselho de Sua Majestade, propostas e aceitas em o Sínodo Diocesano, que o dito senhor celebrou em 12 de junho de 1707*. Brasília: Senado Federal, 2007.

BIBLIOGRAFIA

- AGOSTINI, C.; NAJJAR, R. 2007. Pesquisa Arqueológica na Casa da Hera – Vasouras/RJ. *Revista de Arqueologia*, v. 20:39-50, São Paulo.
- ALGRANTI, L. M. 1997. Famílias e vida doméstica. In SOUZA, L. de M. e (org). *História da Vida Privada no Brasil*. Companhia das Letras, vol. 1, p. 83-154, São Paulo.
- ALMEIDA, C. M. C. 2005a. Homens ricos em Minas colonial. In BICALHO, M. F.; FERLINI, V. L. A. (orgs). *Modos de governar: idéias e práticas políticas no Império Português, séculos XVI a XIX*. Alameda, São Paulo.
- ALMEIDA, C. M. C. 2005b. Trajetórias imperiais: imigração e modelo de reprodução social das elites em Minas colonial. In: Congresso Internacional Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades, 2005. Actas. Lisboa: FCSH/UNL. Disponível em < http://cvc.instituto-camoes.pt/ear/coloquio/comunicacoes/carla_almeida.pdf>. Acesso em 08 de agosto de 2011.
- ALMEIDA, C. M. C.; MONTEIRO, L. N.; RANGEL, A. P. dos S.; CUSTÓDIO SOBRINHO, J. 2005. Os homens ricos das Minas nas malhas do Império português. *Revista Eletrônica de História do Brasil*, v. 7:102-112, Juiz de Fora.
- ANDRADE, F. E. de. 2008. *Entre a roça e o engenho: roceiros e fazendeiros em Minas Gerais, primeira metade do século XIX*. Editora da Universidade Federal de Viçosa, Viçosa.
- BARRETT, J.C. 2001. Agency, the duality of structure, and the problem of the archaeological Record. In: HODDER, I. (ed). *Archaeological theory today*. Polity Press, p. 141-164, Cambridge.
- BEAUDRY, M. 2008. *AboveVulgar Economy: The Intersection of Historical Archaeology and Microhistory in Writing Archaeological Biographies of Two New England Merchants*. In: BROOKS, J.; DeCORSE, C.; WALTON, J. (eds). *Small Worlds: Twelve Studies in Microhistory*. School of Advanced Research Press, p. 173–198, Santa Fe, NM.

- BLANTON, R.E. 1994. *Houses and households: a comparative study*. Plenum Press, New York.
- BOXER, C. R. 2007. *A igreja militante e a expansão ibérica: 1440-1770*. Companhia das Letras, São Paulo.
- BRANCANTE, E. da F. 1981. *O Brasil e a cerâmica antiga*. E. F. Brancante, São Paulo.
- CARVALHO, V.C. de. 2008. *Gênero e artefato*. O sistema doméstico na perspectiva da cultura material – São Paulo, 1870-1920. Edusp, FAPESP, São Paulo.
- CHARTIER, R. 1995. Diferenças entre os sexos e dominação simbólica (nota crítica). *Cadernos Pagu*, v. 4: 37-47, Campinas.
- CONKEY, M.; GERO, J. 1991. Tensions, Pluralities and Engendering Archaeology: an introduction to women in prehistory. In: GERO, J., CONKEY, M. (Eds). *Engendering Archaeology: women and prehistory*. Blackwell, p. 3-30, Oxford.
- DEL PRIORE, M. 1997. Ritos da vida privada. SOUZA, L. de M. e. *História da Vida Privada no Brasil*. Companhia das Letras, vol. 1, p. 275-330, São Paulo.
- DEL PRIORE, M. L. M. 2007. Crianças das Geraes entre o século XVIII e o XIX: uma moeda, várias caras. In: RESENDE, M. E. L. de; VILLALTA, L. Ca. (Org.). *História de Minas Gerais - As Minas Setecentistas*. Autêntica/ Companhia do Tempo, v. 1, p. 505-518, Belo Horizonte.
- DORNAN, J. L. 2002. Agency and Archaeology: Past, Present, and Future Directions. *Journal of Archaeological Method and Theory*, v. 9, n. 4: 303-329, Tucson.
- FLAX, J. 1991. O Pós-modernismo e relações de gênero na teoria feminista. HOLLANDA, H. B (org). *Modernismo e Política*. Rocco, p. 217-250, Rio de Janeiro.
- FREYRE, G. 2006. *Casa-Grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Globo, São Paulo.
- FURTADO, J. F. 2001. Pérolas Negras: mulheres livres de cor no Distrito Diamantino. In: Furtado, J. F. (org.). *Diálogos Oceânicos – Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino*. Editora UFMG, p. 81-125, Belo Horizonte.
- FURTADO, J. F. 2003. *Chica da Silva e o Contratador de Diamantes – o outro lado do mito*. Companhia das Letras, São Paulo.

- GIBB, J. 1996. *The archaeology of wealth*. Consumer behavior in English America. Plenum Press, New York.
- GUIMARÃES, C. M.; REIS, F. M. da M. 2007. Agricultura e mineração no século XVIII. In: RESENDE, M. E. L. de; VILLALTA, L. Ca. (Org.). *História de Minas Gerais - As Minas Setecentistas*. Autêntica/Companhia do Tempo, v. 1, p. 321-335, Belo Horizonte.
- HERNANDO GONZALO, A. 2007. Sexo, Género y Poder. Breve reflexión sobre algunos conceptos manejados en la Arqueología del Género. *Complutum*, vol. 18: 167-174.
- HILL, E. 1998. Gender-Informed Archaeology: The Priority of Definition, the Use of Analog and the Multivariate Approach. *Journal of Archaeological Method and Theory*, v. 5, n.1:99-128, Tucson.
- HODDER, I. 2000. Agency and individuals in long-term processes. In: DOBRES, M.; ROBB, J. (eds.). *Agency in Archaeology*. Routledge, p. 21–33, London.
- HOORNAERT, E.; AZZI R.; VAN DER GRÍJP, K; BROD, B. 1992. *História da igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo: primeira época*. Vozes, Petrópolis.
- LEITE, M. L. M. 1992. Grupos de convívio no Rio de Janeiro (Século XIX). *Psicologia – USP*, v.3, n. 1/2:13-36, **São Paulo**.
- LEITE, M. L. M. 1997. A Infância no século XIX. In: FREITAS, M. C. de. (Org.). *História Social da Infância no Brasil*. USF-IFAN; Cortez Editora, p.19-52, Bragança Paulista.
- LEWKOWICZ, I. 1987. A fragilidade do celibato. In: Lima, L. L. da G. (org.). *Mulheres, adúlteros e padres*. História e moral na sociedade brasileira. Dois Pontos, p. 53-68, Rio de Janeiro.
- LEWKOWICZ, I. 2007. Concubinato e Casamento nas Minas Setecentistas. In: RESENDE, M. E. L. de; VILLALTA, L. Ca. (Org.). *História de Minas Gerais - As Minas Setecentistas*. Autêntica/Companhia do Tempo, v. 2, p. 531-547, Belo Horizonte.
- LIMA, T. A. 1995. Pratos e mais pratos: louças domésticas, divisões culturais e limites sociais no Rio de Janeiro, século XIX. *Anais do Museu Paulista*, v. 3:129-91, São Paulo.

- LIMA, T. A. 1997. Chá e simpatia: uma estratégia de gênero no Rio de Janeiro oitocentista. *Anais do Museu Paulista*, vol. 5: 93-129, São Paulo.
- LIMA, T. A.; FONSECA, M. P.; SAMPAIO, A. C. O.; NEPOMUCENO, A. F.; MARTINS, A. H. D. 1989. Aplicação da Fórmula South a sítios históricos do século XIX. *Dédalo*, Pub. Avulsas, v. 27:83-98, São Paulo.
- MELQUIADES, V. Análises dos materiais arqueológicos do sítio Fazenda do Padre Fraga – Vasilhames em pedra sabão (esteatita). In: RIBEIRO, L. (coord.). *Os sítios arqueológicos históricos das áreas de influência da segunda linha de mineroduto: Espírito Santo e Minas Gerais, séculos XVII ao XIX*. Cooperativa Cultura, v.1, p. 384-386, Belo Horizonte.
- MILLER, G. 1980. Classification and economic scaling of 19th. century ceramics. *Historical Archaeology*, v. 14:1-40, Rockville.
- MILLER, G. 1991. A Revised Set of CC Index Values for Classification and Economic Scaling of English Ceramics from 1787 to 1880. *Historical Archaeology*, v. 25:1-23, Rockville.
- MOLINA PETIT, C. 2000. Debates sobre el género. In: AMORÓS, C. (Ed). *Feminismo y Filosofía*. Ed. Síntesis, p. 231-254, Madrid.
- PAIVA, E. F. 2001. *Escravidão e Universo Cultural na Colônia: Minas Gerais, 1716-1789*. Editora UFMG, Belo Horizonte.
- REIS, F. 2010. Análises dos materiais arqueológicos do sítio Fazenda do Padre Fraga - Vidros. In: RIBEIRO, L. (coord.). *Os sítios arqueológicos históricos das áreas de influência da segunda linha de mineroduto: Espírito Santo e Minas Gerais, séculos XVII ao XIX*. Cooperativa Cultura, v.1, p. 387-401, Belo Horizonte.
- REIS, F.; TOBIAS JUNIOR, R. 2010. Análises dos materiais arqueológicos do sítio Fazenda do Padre Fraga - Cerâmicas esmaltadas (louças). In: RIBEIRO, L. (coord.). *Os sítios arqueológicos históricos das áreas de influência da segunda linha de mineroduto: Espírito Santo e Minas Gerais, séculos XVII ao XIX*. Cooperativa Cultura, v.1, p. 357-379, Belo Horizonte.
- RIBEIRO, L. (coord.). 2010. Os sítios arqueológicos históricos das áreas de influência da segunda linha de mineroduto: Espírito Santo e Minas Gerais, séculos XVII ao XIX. *Relatório Final Programa de Prospecção e Resgate do Patrimônio Arqueológico das Áreas de Influência da Segunda Linha do Mineroduto da Samarco - Portarias IPHAN nº 51, 23/02/2006 e nº 21, 03/07/2008*. Cooperativa Cultura, 3 vs., Belo Horizonte.

- RIBEIRO, L.; LEANZA, D. 2006. O Complexo Arqueológico do Córrego Cuiabá e o mito das tecnologias rudimentares e ineficazes da mineração nas Gerais colonial. *Revista de Arqueologia*, v. 19:65-87, São Paulo.
- RIBEIRO, L.; MORAIS, M.S.; SILVA, R. 2000. *Inventário do patrimônio histórico- arqueológico edificado conhecido do Distrito Mineiro de Alegria - áreas de concessão de lavra da Samitri - Sociedade Anônima Mineração Trindade*. Brandt Meio Ambiente, Belo Horizonte.
- ROTH, R. 1988. Tea-drinking in eighteenth-century America: its etiquette and equipage. In: ST GEORGE, R.B. (ed.). *Material life in America - 1600-1860*. Northeastern University Press, p. 439-462, Boston.
- RUSSEL-WOOD, A. J. 2005. A outra escravidão: a mineração de ouro e a “instituição peculiar”. *Escravos e Libertos no Brasil Colonial*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.
- SCOTT, J. 1995. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, v. 20, n. 2:71-99, jul/dez., Porto Alegre.
- SILVA, M. B. N. da. 1984. *Sistema de Casamento no Brasil Colonial*. T. A. Queiroz: Editora da USP, São Paulo.
- SILVA, M. B. N. da. 1988. A documentação do Desembargo do Paço no Arquivo Nacional e a História da Família. *Acervo: Revista do Arquivo Nacional*, v. 3, n. 2:37-53, Rio de Janeiro.
- SILVA, M. da C. 2009. A ausência do celibato na cidade de Goiás no século XIX concupiscência e pecado. *Varia História*, v. 25, n. 41:317-331, Belo Horizonte.
- SILVEIRA, A. da S. 2006. Legitimação e transmissão de heranças na Mesa do Desembargo do Paço, Rio de Janeiro, século XIX. In: **XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2006**. *Anais*. Disponível em <http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_616.pdf>. Acesso em 08 de agosto de 2011.
- SOUTH, S. 1978. Evolution and horizon as revealed in ceramic analysis in historical archaeology. SCHUYLER, R.L. (ed.). *Historical Archaeology: a guide to substantive and theoretical contributions*. Baywood Publishing Company Inc., p. 68-82, New York.
- SPENCER-WOOD, S. 1987. Introduction. In: SPENCER-WOOD, S. (ed). *Consumer choice in historical archaeology*. Plenum Press, p. 1-25, New York.

- SYMANSKI, L. C. P. 1998. *Espaço Privado e Vida Material em Porto Alegre no século XIX*. EDIPUCRS, Porto Alegre.
- SYMANSKI, L. C. P. 2001. A louça na pesquisa arqueológica: possibilidades analíticas e interpretativas. In: TOCCHETTO, F. B.; SYMANSKI, L. C. P.; OSÓRIO, S. R.; OLIVEIRA, A. T. D.; CAPPELLETTI, A. M. *A Faiança Fina em Porto Alegre: vestígios arqueológicos de uma cidade*. Unidade Editorial da Secretaria Municipal da Cultura, p. 135-160, Porto Alegre.
- SYMANSKI, L. C. P. 2002. Louças e auto-expressão em regiões centrais, adjacentes e periféricas do Brasil. In: ZARANKIN, A.; SENATORE, M.X. (eds). *Arqueologia da Sociedade Moderna na América do Sul: Cultura Material, Discursos e Práticas*. Ediciones del Tridente, p. 31-62, Buenos Aires.
- SYMANSKI, L. C. P.; SOUZA, M.A.T. de. 2007. O Registro Arqueológico dos Grupos Escravos: questões de visibilidade e preservação. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, v. 33:215-244, Brasília.
- THOMAS, B. W. 1998. Power and community: the archaeology of slavers at the Hermitage Plantation. *American Antiquity*, v. 63, n. 4:531-551, Washington.
- TOCCHETTO, F. B. 2010. *Fica Dentro ou Joga Fora? Sobre práticas cotidianas na Porto Alegre moderna oitocentista*. Coleção ANPUH-RS. Oikos, Porto Alegre.
- VAINFAS, R. 2002. *Os protagonistas anônimos da História: micro-história*. Campus, Rio de Janeiro.
- VILLALTA, L.C. 2007. A Igreja, a sociedade e o clero. In: RESENDE, M. E. L. de; VILLALTA, L. Ca. (Org.). *História de Minas Gerais - As Minas Setecentistas*. Autêntica/Companhia do Tempo, v. 2, p. 25-57, Belo Horizonte.

